

INSTITUTO BRASILEIRO DE

ETCO

ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

Para exportação

**INSTITUTO ULTRAPASSA AS
FRONTEIRAS BRASILEIRAS E
LEVA KNOW-HOW A PAÍSES
LATINO-AMERICANOS**

ETCO

ETCO

ETCO

**ROTA DA ILEGALIDADE:
SAIBA COMO AS
MERCADORIAS FALSIFICADAS
ENTRAM NO BRASIL**

**EM ENTREVISTA EXCLUSIVA,
O MINISTRO THOMAZ BASTOS
FALA SOBRE OS AVANÇOS
NA JUSTIÇA**

**NASCE O CONSELHO
QUE UNE O GOVERNO
E EMPRESÁRIOS
NO COMBATE À PIRATARIA**



Rumo ao presente

A primeira revista do Instituto ETCO foi um autêntico êxito. O vice-presidente da República José Alencar, o ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, além de presidentes de entidades de classe, embaixadores, empresários e cidadãos de diversas cidades brasileiras, enfim, um vasto e qualificado universo de leitores saudou a iniciativa com cartas que atestam o seu alcance e atualidade.

De fato, a revista conseguiu fazer a descritografia do tema, traduzindo em partes iguais a envergadura dos desafios e os avanços conquistados no curto espaço de quase dois anos. Conseguiu mais. Fez uma radiografia dos impactos da informalidade num momento em que o país vive múltiplas transições, todas convergindo para construir um novo ciclo de desenvolvimento, tornando claro, sem deixar margem a nenhuma dúvida, que a ética na concorrência é como um metal bom condutor de energia, indispensável para construir reformas e mudanças.

Agora, a revista do ETCO chega ao seu segundo número. O cardápio de leitura tornou-se ainda mais amplo e variado. Nas páginas vamos encontrar desde entrevistas do ministro Thomaz Bastos e do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, até reportagens que revelam as rotas do contrabando, o papel do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual e o do Conselho Estadual de Valorização e Atuação Fazendária, este reunindo procuradores e coordenadores de fiscalização de São Paulo. Além disso, um artigo de Piquet Carneiro, atacando os males da burocracia, e outro de um dos nossos assessores, discutindo a questão da ética como uma riqueza das nações.

Por fim, dois registros que, para nós, são motivos de justificado orgulho. Um é o fato de o Instituto estar inspirando iniciativas similares em países irmãos como a Argentina, o Chile e o México. Em paralelo, o novo presidente do Conselho do ETCO, Leonardo Gadotti, fala dos planos para o futuro e faz justa e emocionante saudação ao seu antecessor, Milton Cabral. De diferentes formas, esse conjunto de acontecimentos se entrelaça para dizer que um novo ciclo começa. Como sementes que germinam, vão surgindo, por toda parte, sinais concretos de que a defesa da concorrência legal não pertence mais ao plano dos sonhos futuros ou das esperanças. É, sim, um fato do presente como este novo número da nossa revista que hoje está em suas mãos. Boa leitura.

Emerson Kapaz
PRESIDENTE-EXECUTIVO



Presidente-executivo
Emerson Kapaz

Presidente do Conselho de Administração
Leonardo Gadotti Filho, diretor de Suprimentos e Distribuição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda.

Conselheiros
Hoche José Pulcherio, diretor-executivo da Associação dos Fabricantes Brasileiros de Coca-Cola
Luiz Antonio Miranda Conde, diretor de Planejamento Estratégico da Souza Cruz
Victorio De Marchi, co-presidente do Conselho de Administração da Ambev

Conselho Consultivo
Aristides Junqueira, advogado e ex-procurador-geral da República
Armínio Fraga, economista e sócio da Gávea Investimentos
Everardo Maciel, consultor tributarista
Hamilton Dias de Souza, advogado especialista em Direito Tributário
João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo

Empresas associadas ao ETCO
Ambev, Kaiser, Coca-Cola, Pepsi-Cola, Souza Cruz, Agip do Brasil S.A., Castrol Brasil Ltda., Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A., Esso Brasileira de Petróleo Ltda., El Brasil S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Petróleo Sabbá S.A., Repsol YPF Distribuidora S.A., Shell Brasil Ltda., Texaco Brasil Ltda.

REVISTA ETCO

EDITORA Andrea Assef
SUBEDITOR Renato Mendes

CONSELHO EDITORIAL Emerson Kapaz, Leonardo Gadotti Filho, Hoche José Pulcherio, Luiz Antonio Miranda Conde, Victorio De Marchi

PROJETO EDITORIAL Andrea Assef, Patrícia Blanco, Francisco Viana e Mario Viana
PROJETO GRÁFICO Asterístico

DIREÇÃO DE ARTE Beto Nejme
CHEFE DE ARTE Vanina Maia
DIAGRAMAÇÃO Helena Cortez
PRODUÇÃO Patrícia Cortes
REVISÃO Márcia Melo
CORRESPONDENTE EM BRASÍLIA: Felipe Freire
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO TEXTO Jorge Félix, Francisco Viana
FOTO Roberto Castro, Vanina Maia, Leopoldo Silva e Frederic Jean
ILUSTRAÇÃO Marcelo Cipis

AM13 A revista ETCO é uma publicação da AM13 Inteligência Editorial sob licença do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial - ETCO

REDAÇÃO
Av. Faria Lima, 2128, conj. 302,
São Paulo, SP, tel.: (11) 3813-8464



06



18



28



38

02 Editorial

04 Cartas

06 Ação conjunta
Governo, sociedade, e empresários criam conselho contra a pirataria

10 Rota da ilegalidade
Saiba como as mercadorias ilegais entram no Brasil

14 Concorrência desleal
As conseqüências da informalidade na indústria ética

18 Entrevista
Márcio Thomaz Bastos fala dos avanços à frente do Ministério da Justiça

22 ETCO para exportação
Instituto leva know-how a países da América Latina

26 Panorama
Piquet Carneiro aponta o aquecimento global da burocracia

28 Entrevista
Jorge Rachid, da Receita Federal, antecipa ações contra a sonegação

32 Força na fiscalização
Governo paulista cria grupo especial de combate à evasão fiscal

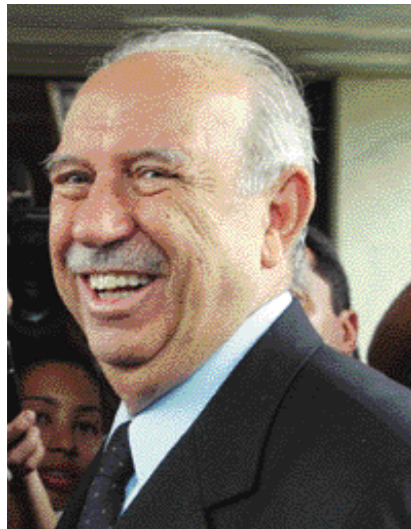
34 Artigo
Milton Cabral faz balanço de seus dois anos à frente do Conselho do ETCO

35 Artigo
Leonardo Gadotti Filho fala sobre o novo momento do ETCO

36 Ensaio
De Aristóteles ao barão de Mauá, o papel da ética ao longo dos anos

38 Opinião
Everardo Maciel escreve sobre a descomplicação tributária

LEOPOLDO SILVA / RUY BARONVALOR / ROBERTO CASTRO / MARCELO CIPIS



ANTONIO CRUZAB

Transmito-lhes minhas felicitações pela importante iniciativa e pela alta qualidade do conteúdo editorial e gráfico da publicação.

JOSÉ ALENCAR
Vice-presidente da República e ministro da Defesa, Brasília – DF

Recebam meus cumprimentos pela relevante iniciativa.

JOSÉ SARNEY
Senador da República e presidente do Senado, Brasília – DF

Cumprimento o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial pelo importante papel que desempenha na sociedade brasileira em favor da ética e da moralidade.

EDUARDO AZEREDO
Senador da República, Brasília – DF

Cumprimento Vossa Senhoria e seus pares pela relevância do objetivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, registrando que este Tribunal tem acentuado que o empresário que, consciente e voluntariamente, descumpra obrigações trabalhistas exerce uma concorrência desleal para com outros.

VANTUIL ABDALA
Ministro-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Brasília – DF

Pelas relevantes reportagens apresentadas, a revista do ETCO muito acrescentou à minha fonte de consulta. Colho de singular ensejo para apresentar-lhes meus cumprimentos e renovar protestos de elevada consideração.

NANCY ANDRIGHI
Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Brasília – DF

Desejo-lhes sucesso neste novo empreendimento.

MARILYN CHERYL MILES
Embaixadora da Guiana, Brasília – DF

A Embaixada do Estado do Kuaite cumprimenta atenciosamente o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO por sua revista e aproveita a oportunidade para parabenizar essa instituição pelo seu belo trabalho, que visa o desenvolvimento, o progresso e o combate à concorrência desleal no Brasil.

NAZAR AL-BAGHLI
Embaixada do Estado do Kuaite, Brasília – DF

A revista do ETCO é um grande incentivo para a disseminação de princípios éticos em todos os setores da vida nacional. Sei dos bons resultados do Instituto, com a parceria de empresas que representam importantes segmentos de nossa economia. A concorrência desleal é um mal que precisa ser combatido a todo custo, e, para isso, diminuir a informalidade tem de ser uma prioridade do Brasil, dos estados, enfim, de todo mundo. A jornada é longa, mas são dados os primeiros passos, como esses do ETCO. Tenho certeza de que o excelente nível das reportagens por certo se repetirá nas próximas edições.

GERALDO ALCKMIN
Governador do Estado de São Paulo, São Paulo – SP

A criação da revista do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial é uma iniciativa que merece o nosso apoio e nossos votos de que tenha êxito naquilo que almeja.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado de Santa Catarina, Florianópolis – SC

A revista do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial traz reportagens esclarecedoras a respeito de temas de suma importância. Em tempo, desejo sucesso à iniciativa pioneira.

MARIA DE LOURDES ABADIA
Vice-governadora do Distrito Federal, Brasília – DF

Permito-me externar minhas congratulações pela magnífica revista do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO. O único déficit aparentemente invencível da sociedade brasileira é o da Ética. Conquistas econômicas, financeiras e cambiais são importantes, sim, para manter a esperança e a vontade de trabalho sério. Avanços científicos evidenciam que a humanidade continua na senda irrefreável das descobertas e do aperfeiçoamento. Criatividade é algo que sempre caracterizou o brasileiro e o faz destacar-se perante inúmeros outros povos. Nada obstante,



DIVULGAÇÃO

se a vida nacional não se impregnar de ética, de nada adiantará o progresso material. O verdadeiro êxito é moral. O ETCO e sua revista estão a contribuir para que ele também conquiste espaço na preocupação da lucidez pátria.

JOSÉ RENATO NATALINI
Presidente do Tribunal de Alçada Criminal, São Paulo – SP

Cumprimento-lhes pelo trabalho que vêm realizando no combate à sonegação de impostos e ao contrabando.

JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES
Secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e de Turismo do Estado de São Paulo, São Paulo – SP

Desejo-lhes sucesso e que continuem na luta pelo desenvolvimento ético do nosso Brasil.

JORGE PEREIRA LOPES DE ARAÚJO
Secretário do Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e de Turismo do Estado do Piauí, Teresina – PI

Parabenizo pela brilhante iniciativa e desejo pleno êxito nos seus objetivos.

ISPER ABRAHIM LIMA
Secretário da Fazenda do Estado do Amazonas, Manaus – AM

Parabéns ao Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial pela pioneira iniciativa de lançar a revista ETCO – que certamente municia através da comunicação a cruzada contra a concorrência desleal, ajudando a informar e formar uma opinião positiva em favor da ética nos negócios.

ARMANDO HESS DE SOUZA
Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado de Santa Catarina, Florianópolis – SC

Parabenizamos esse instituto pela qualidade do material publicado, apresentando-lhes cordiais cumprimentos.

JOSÉ CARLOS LIMA DA COSTA
Chefe da Casa Civil do governo do Estado do Pará, Belém – PA

Parabenizo pela qualidade gráfica e editorial da revista ETCO e aproveito a oportunidade para transmitir-lhes nosso apreço e consideração.

ALBERTO OLIVEIRA
Chefe da Casa Civil do governo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS

Esta publicação contribui, sobremaneira, para a conscientização e o combate a diversas práticas deletérias ao mercado e ao Estado.

IDALICE OLIVEIRA DA CUNHA
Chefe de gabinete da Secretaria Especial de Estado de Promoção Social do Estado do Pará, Belém – PA

O conteúdo da revista do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial demonstra a seriedade com que é conduzida essa entidade. Desejo sucesso e reitero meus protestos de consideração e apreço.

CELSO JATENE
Vereador, São Paulo – SP

Parabéns pela iniciativa. Muito interessante a primeira edição da revista ETCO. Tenho certeza de que será a primeira de muitas.

EUGÊNIO STAUB
Presidente da Gradiente, São Paulo – SP

Escrevo para desejar boa sorte e parabenizá-los pela ótima iniciativa. Li a revista ETCO e gostei.

MÁRIO GARNERO
Presidente do Grupo Brasilinvest, São Paulo – SP

Na posição de empresa internacional que sofre com a concorrência injusta (evasão fiscal, pirataria etc.) que existe no setor de tintas e vernizes no Brasil, eu aplaudo o ETCO e seus esforços. Como vocês apontam nas reportagens da revista, se houver a redução da evasão fiscal e da pirataria, a economia brasileira poderá retornar à posição de uma das mais fortes do mundo. Parabéns e sucesso nessa nova publicação que fala de uma causa tão importante.

MICHAEL A. CASH
Vice-presidente internacional da Sherwin-Williams Automotive Finishes Corp Warrensville Heights, Ohio – EUA

Parabéns pela ótima publicação, bem elaborada e de tema atual e relevante.

GUGA VALENTE
Presidente da Ypy, São Paulo – SP

A revista ETCO, pelo conteúdo, pelo leque de interesses e pela densidade de propostas que traz sobre uma questão tão cara aos interesses empresariais no país, tem tudo para dar certo. Parabéns pela excelente qualidade editorial. Boa sorte.

CARLOS JOSÉ MARQUES
Diretor de redação da revista *IstoÉDinheiro*, São Paulo – SP

Parabéns pelo primeiro número da revista do ETCO. Um produto bem acabado, bom de ler, com diagramação clara e no tamanho certo. Um trabalho com padrão editorial de primeira linha.

MARIA CLARA JORGE
Diretora de comunicação da F/Nazca Saatchi & Saatchi, São Paulo – SP

Escrevo para parabenizá-los pela revista do ETCO. A publicação está muito bem elaborada, das pautas à diagramação. E o melhor é que fala de um assunto – a ética concorrencial – cada vez mais presente dentro das empresas.

MARINA MORAES
Diretora de comunicação da Leo Burnett, São Paulo – SP



Cartas para esta seção, com endereço, RG e telefone, devem ser enviadas para: AM13 Inteligência Editorial Av. Faria Lima, 2128, conj. 302, Jardim Paulista, São Paulo – SP CEP 01451-000 Tel. (011) 3813-8464 Fax (011) 3817-9400 E-mail: am13editora@uol.com.br As cartas podem sofrer edição por motivo de espaço.

Unidos contra a economia informal

Ação conjunta de governo, empresários e sociedade civil cria o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, disposto a acabar com a informalidade no país Por Andrea Assef*





Da esq. para a dir.: Kapaz discursa, com Barreto e o deputado Medeiros ao fundo; os ministros Gilberto Gil, da Cultura, e Thomaz Bastos, da Justiça, atentos aos fatos; Lacerda observa, Medeiros e Kapaz dialogam

pela primeira vez na história do Brasil, governo, empresários e entidades civis uniram esforços para traçar um plano nacional de guerra contra a pirataria. Após uma série de ações isoladas de sucesso, como as operações da Polícia Federal que culminaram no desmonte de pesados esquemas de contrabando, fraude, adulteração de produtos, extorsão e corrupção – inclusive com a prisão de delegados, empresários, políticos e juízes –, a luta contra a concorrência desleal entra numa nova fase, mais articulada e combativa. A melhor tradução disso foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, Decreto 5.244, de 14 de outubro de 2004.

O Conselho é coordenado pelo Ministério da Justiça e dele fazem parte os ministérios da Cultura, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Ciência e Tecnologia, do Trabalho, além do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da iniciativa privada, através dos setores de música, software, literário, audiovisual, de fumo, bebida e combustível – esses três últimos representados pelo ETCO – e a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual.

A principal missão do Conselho é elaborar diretrizes para a formulação e proposição de um plano nacional de combate à pirataria, à sonegação fiscal decorrente dela e aos delitos contra a propriedade intelectual. “O Estado passará a trabalhar de maneira articulada e inteligente, num conceito de rede, compartilhando informações, propondo ações educativas junto à sociedade e repressivas no combate aos fabricantes e distribuidores de produtos piratas”, afirmou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos (*leia entrevista na página 18*).

O evento de posse do Conselho ocorreu no dia 24 de novembro do ano passado, no auditório Presidente Tancredo Neves, no Ministério da Justiça. “Vamos trabalhar com base em três conceitos: articulação, inteligência e rede de informações, o que vai nos levar a uma luta só no combate à pirataria, que é uma das muitas faces do crime organizado. Vamos ganhar a guerra”, disse o ministro da Justiça durante a posse dos membros do Conselho, que será coordenado por Luiz Paulo Barreto.

Da solenidade participaram também o ministro da Cultura, Gilberto Gil; os secretários da Receita Federal e de Direito Econômico, Jorge Rachid e Daniel Goldberg; os deputados Luiz Antonio de Medeiros, Josias Quintal, Julio Se-

meghini e Julio Lopes, da CPI da Pirataria; John Newton, da Interpol; Emerson Kapaz, presidente-executivo do ETCO; André Almeida, da Business Software Alliance; e Paulo Rosa, da indústria fonográfica; entre outros.

O presidente-executivo do ETCO, Emerson Kapaz, comemorou o início dos trabalhos do Conselho. “A partir de agora poderemos ter mais justiça, polícia e receita para todos. Sem ética, a única coisa que vai sobrar no Brasil será a barbárie” concluiu. Segundo ele, a principal vantagem do Conselho é a participação da sociedade civil, inexistente nas comissões hoje em funcionamento. Do Conselho faz parte ainda uma secretaria executiva autônoma, não ligada aos ministérios, com orçamento próprio para a criação de um banco de dados que vai ser vinculado ao SUSP, o Sistema Único de Segurança Pública. A aposta é que esse banco de dados se transforme numa central de inteligência no combate à ilegalidade no Brasil.

Ao nascer com o objetivo de ser a maior “força-tarefa” na luta contra a pirataria e ilícitos contra a propriedade intelectual do país, o Conselho abre um leque muito promissor de iniciativas. Além disso, há um diferencial inédito: o governo federal participa com sete ministérios, mais a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Fe-

deral, dois representantes do Congresso e seis representantes da sociedade civil. O primeiro reflexo da sua ação será passar de uma atitude defensiva para uma atitude ofensiva. “Vamos avançar para um estágio em que as empresas não éticas ficarão em posições cada vez mais frágeis”, afirmou Kapaz. Ao final do evento, Thomaz Bastos agradeceu o trabalho sério feito pela CPI da Pirataria da Câmara dos Deputados e a luta de Emerson Kapaz desde os primeiros dias do ETCO. “Essas ações foram as precursoras da criação deste Conselho”, afirmou o ministro Márcio Thomaz Bastos.

No dia 14 de janeiro, O Conselho Nacional de Combate à Pirataria se reuniu pela primeira vez em Brasília para discutir a retaliação americana à pirataria brasileira. Os Estados Unidos vão finalizar, em 31 de março, uma avaliação sobre o combate à pirataria no Brasil. Caso os EUA concluam que o Brasil não aperfeiçoou a fiscalização, o país pode ser retirado do Sistema Geral de Preferências (SGP). O SGP é um mecanismo que prevê tarifa zero para vários produtos exportados pelo Brasil, que rendem US\$ 2,5 bilhões por ano. Durante o encontro, o Conselho discutiu o Regimento Interno e várias maneiras de intensificar a fiscalização nas fronteiras, além de outras medidas para combater a pirataria. ★

*Com reportagem de Felipe Freire, de Brasília



Sem recursos para investir em aumento de pessoal e infra-estrutura, país padece na fiscalização de suas fronteiras
Por Renato Mendes

A maior parte dos produtos falsificados que são consumidos no Brasil é fabricada bem longe de terras brasileiras. Por isso, um dos principais desafios do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual será debater medidas para coibir a entrada de mercadorias ilícitas no país. Uma missão tão importante quanto complicada. Importante, pelos enormes prejuízos que a entrada desses produtos causa à economia brasileira. Complicada, por um sem-número de empecilhos, desde geográficos até de ordem financeira, que atrapalham o combate a esse tipo de crime.

Não existem números oficiais em relação às perdas causadas pela entrada de mercadorias ilícitas, mas cálculos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) dão conta de que, a cada ano, o país perde cerca de R\$ 63 bilhões e os cofres da União deixam de arrecadar R\$ 27,8 bilhões. Isso sem contar o número de

A maior parte dos produtos falsificados que são consumidos no Brasil é fabricada bem longe de terras brasileiras. Por isso, um dos principais desafios do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual será debater medidas para coibir a entrada de mercadorias ilícitas no país. Uma missão tão importante quanto complicada. Importante, pelos enormes prejuízos que a entrada desses produtos causa à economia brasileira. Complicada, por um sem-número de empecilhos, desde geográficos até de ordem financeira, que atrapalham o combate a esse tipo de crime.

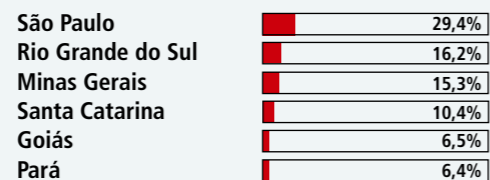
Não existem números oficiais em relação às perdas causadas pela entrada de mercadorias ilícitas, mas cálculos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) dão conta de que, a cada ano, o país perde cerca de R\$ 63 bilhões e os cofres da União deixam de arrecadar R\$ 27,8 bilhões. Isso sem contar o número de empregos que deixam de ser gerados, os prejuízos que são causados a empresas éticas e os danos que um produto falsificado pode trazer à saúde humana. A primeira reação de quem depara com números como esses é condenar a ação do Estado. Uma resposta simples – e errada – para um problema extremamente complexo. Para entender como a situação chegou a esse ponto, é preciso conhecer um pouco da realidade das fronteiras brasileiras.

Gigante do continente sul-americano, o Brasil faz divisa com dez países, e o que parece uma posição privilegiada em termos de comércio exterior torna-se um pesadelo para a fiscalização. Do Amapá até o Rio Grande do Sul, são nada menos que 16 mil quilômetros de fronteiras secas. Para ter uma idéia do que isso representa, basta lembrar que a fronteira entre México e Estados Unidos tem menos de um quinto dessa extensão – e o governo norte-americano, mesmo dispondo de orçamento generoso e ampla tecnologia, enfrenta sérios problemas para deter a imigração ilegal.

Em um país com recursos extremamente limitados e a tecnologia defasada como o Brasil, o quadro, evidentemente, não é muito animador. Diante de uma enorme necessidade de investimento em recursos humanos e em infra-estrutura, portos, aeroportos e postos de aduana padecem na fiscalização do terri-

CENTRO-SUL LIDERA RECEPÇÃO DE MERCADORIAS ILÍCITAS

Já em território brasileiro, essas mercadorias escoam rapidamente para os grandes centros urbanos*



*Destino de ônibus apreendidos em Foz do Iguaçu
Fonte: Receita Federal

CRESCEM APREENSÕES EM FOZ DO IGUAÇU

(em US\$ milhões)



Fonte: Receita Federal

NÚMERO DE SERVIDORES É INSUFICIENTE

Os principais portos do país sofrem de um brutal déficit de recursos humanos. Nenhum deles possui sequer a metade do número de funcionários necessários para garantir uma operação eficaz

UNIDADE	TOTAL DE SERVIDORES	SERVIDORES NECESSÁRIOS
Porto de Manaus	87	185
Porto de Salvador	111	386
Porto do Rio de Janeiro	290	628
Porto de Vitória	135	476
Porto de Santos	387	2.138
Porto de Paranaguá	95	505
Porto de Itajaí	60	321
Porto de Rio Grande	101	704

Fonte: Unafisco

1.100

ônibus viajam à Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) a cada mês



tório. Falta tudo, principalmente gente preparada. Tomando o Porto de Santos (SP) como exemplo, verifica-se que existem 387 servidores na ativa, quando seriam necessários mais de 2 mil (veja quadro ao lado). Nos quadros dos órgãos federais responsáveis pela fiscalização das fronteiras, a situação não é diferente. Estima-se que existam cerca de 7.500 funcionários da Receita e 7.800 policiais federais, quando o necessário seria o dobro. Novos homens são treinados todos os anos para assumir esses postos, mas com a falta de recursos a conta vai demorar a fechar.

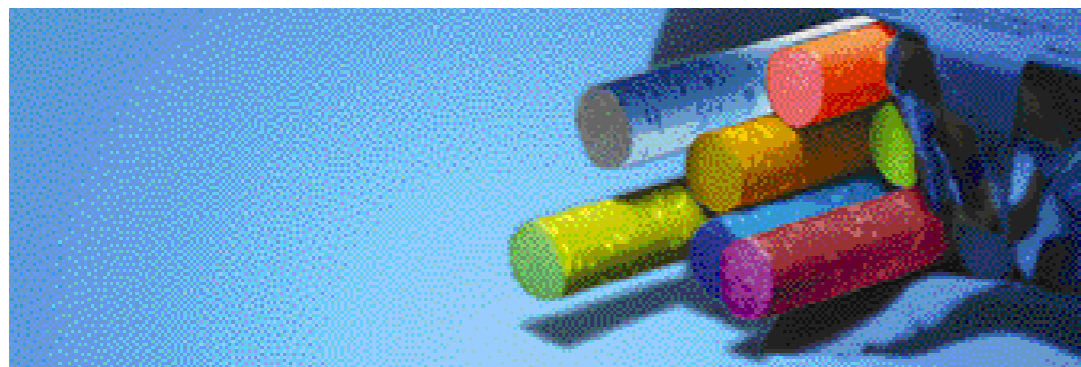
Some-se a todas essas dificuldades uma meia dúzia de funcionários desonestos, e é possível ter uma idéia da atual situação fronteiriça brasileira. “Combater o contrabando que entra por nossas fronteiras abertas exige investimentos em equipamentos e pessoas, organização e cooperação institucionais. A Secretaria da Receita Federal tem planos para isso, mas os recursos públicos são escassos”, diz o coordenador de Administração Aduaneira Ronaldo Medina, em uma visão bastante realista. Resumo da ópera: sobra trabalho e falta gente. Ou, em outras palavras, o problema da fiscalização das fronteiras brasileiras é fruto muito mais da falta de recursos disponíveis que da incompetência do Estado.

Enquanto essa equação não se resolve, os contrabandistas entopem o país com quinquilharias de todo tipo. A maior parte dessas mercadorias tem como origem o continente

DO PARAGUAI PARA OS GRANDES CENTROS CONSUMIDORES BRASILEIROS
As quatro cidades brasileiras (no mapa) que fazem fronteira com o Paraguai recebem mais de 50% de toda a mercadoria ilegal que entra no País

asiático. “Diria que 90% vêm de lá, com destaque maior para a China”, diz o advogado Maurício Braga, do Braga&Associados, que já atua na área há mais de 15 anos. A maioria desses produtos costuma sair dos portos chineses, cruzar o Oceano Pacífico e aportar em algum país do continente sul-americano antes de chegar ao Paraguai e adentrar o território nacional (veja mapa nas páginas 10 e 11). “Na principal rota, a opção mais utilizada é fazer uma escala no Chile, em Iquique, pois trata-se de um porto livre de impostos”, diz o diretor da Associação Brasileira de Combate à Falsificação, Fernando Ramazzini.

Para o delegado da Receita em Foz do Iguaçu, José Carlos de Araújo, a cidade ainda é a principal porta de entrada do país. “Hoje em dia, nossa estratégia é atuar menos na Ponte da Amizade e mais em áreas secundárias”, explica. A verdade é que atualmente Foz concentra o chamado contrabando de varejo, em que um exército de formiguinhas transporta diariamente pequenas quantidades. Mesmo esse tipo de comércio, antes tido como mais amador e feito por “sacoleiros”, hoje é dominado pelo crime organizado. Mostra disso é o crescimento do contrabando de



Disputa desleal

Há um Estado paralelo infiltrado na economia brasileira que concorre à luz do dia com as empresas éticas

O comércio ilegal movimentava dezenas de bilhões de reais por ano com sonegação fiscal, contrabando e falsificação de produtos no Brasil. O cenário é assustador: há um Estado paralelo infiltrado na economia que concorre à luz do dia com as empresas éticas. A disputa é para lá de desleal. As empresas ilegais chegam a lucrar três vezes mais do que aquelas que funcionam dentro da lei. A seguir, um raio-x do impacto da concorrência predatória nos setores da indústria que integram o ETCO.

FUMO

O segmento de cigarros está entre um dos mais prejudicados pela concorrência desleal no Brasil. O contrabando e a sonegação fiscal, praticados por empresas não-éticas, são os principais problemas a ser enfrentados. Se no combate à entrada ilegal de mercadorias alguns avanços já são notados – o volume de cigarros contrabandeados caiu de 24 bilhões de unidades para 17 bilhões nos últimos anos –, o mesmo não pode ser dito em relação à sonegação fiscal, que cresceu substancialmente. Um dos responsáveis por isso é a alta carga tributária dos cigarros, cerca de 65% do preço final ao consumidor.

Um país que viveu situação semelhante à brasileira e poderia servir de exemplo é o Canadá. Nos anos 90, o consumo ilegal de cigarros atingiu 40% do mercado canadense em função, principalmente, da alta tributação. A saída encontra-

da pelo governo foi criar um plano de repressão ao mercado ilegal, com departamento de inteligência, diminuição das alíquotas dos impostos e adoção de elevadas penas aos infratores. Em dois anos, as ações levaram quase a zero o comércio ilegal de cigarros no Canadá.

Enquanto isso, aqui no Brasil, uma importante frente tem sido o combate ao contrabando e à falsificação de cigarros, em que merece destaque a Operação Cataratas. Com o objetivo de bloquear o fluxo de entrada de mercadorias por Foz do Iguaçu, a operação resultou na apreensão de 100 ônibus em apenas dois meses, recolheu US\$ 7,3 milhões em cigarros e aplicou multas no valor de R\$ 2 milhões. A rota de Foz do Iguaçu responde por 60% do cigarro contrabandado e vendido no Brasil, tendo nos ônibus de turismo o seu principal meio de transporte. A partir de Foz do Iguaçu há uma estrutura de distribuição que permite o abastecimento de boa parte do território brasileiro com produtos ilegais.

Já em relação ao combate à evasão fiscal há muito o que evoluir, na medida em que diversas empresas se beneficiam dessa prática. Isso resulta em produtos que são vendidos ao consumidor a R\$ 1 o maço, enquanto uma empresa que cumpre todas as suas obrigações fiscais e tributárias teria de vender a R\$ 1,40 o maço, como preço mínimo e “sem lucro”. Isso gera a concorrência desleal para com as empresas cumpridoras de suas obrigações legais e tributárias.

REFRIGERANTE

A sangria da informalidade no setor de refrigerantes no Brasil é enorme. Calcula-se que as perdas em arrecadação de tributos nesse setor cheguem a R\$ 600 milhões por ano. O peso dos impostos nos refrigerantes gira em torno de 35%. A concorrência desleal se dá através de preços predatórios, que roubam mercado das empresas éticas. As práticas mais comuns são a não-emissão de notas fiscais, a emissão de notas por menor valor ou a utilização de notas frias de companhias fantasmas em nome de laranjas. E, em alguns casos, os infratores utilizam-se até mesmo de inocentes cujos documentos caíram em poder de quadrilhas especializadas em forjar empresas em nome de terceiros.

A principal dificuldade para detectar a fraude é a quantidade de notas e pontos-de-venda envolvidos nas operações ilegais. Atualmente, a participação de mercado dos concorrentes desleais está em torno de 33%. Dentro do segmento informal, o que acontece é uma verdadeira “briga de foice no escuro.” As empresas cujas marcas não são reconhecidas e que tem como única forma de

competição a sonegação protagonizam constantes quebras e trocas de *share*.

Vale lembrar que nenhum país do mundo tem tributação sobre refrigerantes tão alta como a brasileira. Na maioria deles, os impostos não chegam a um terço do que é cobrado no Brasil. Um dos maiores apelos do setor de refrigerantes para reduzir a sonegação é a uniformização das alíquotas de ICMS interestaduais, assim como as estaduais, para que não haja o conhecido “passeio de notas”. Trata-se de uma prática muito comum que tem como objetivo explorar diferenças de alíquotas no transporte de mercadorias de um Estado ao outro.

A indústria ética de refrigerantes está apostando firmemente nos medidores de vazão para auxiliar o Fisco na cobrança equitativa de impostos a todos os produtores. Depois da cerveja, o segmento de refrigerantes é o próximo a operar com os medidores de vazão. Os trabalhos de adaptação dos aparelhos já começaram e o objetivo da Receita Federal é instalar o sistema de controle nesse segmento ainda em 2005.



HELENA CORTEZ

Concorrência predatória

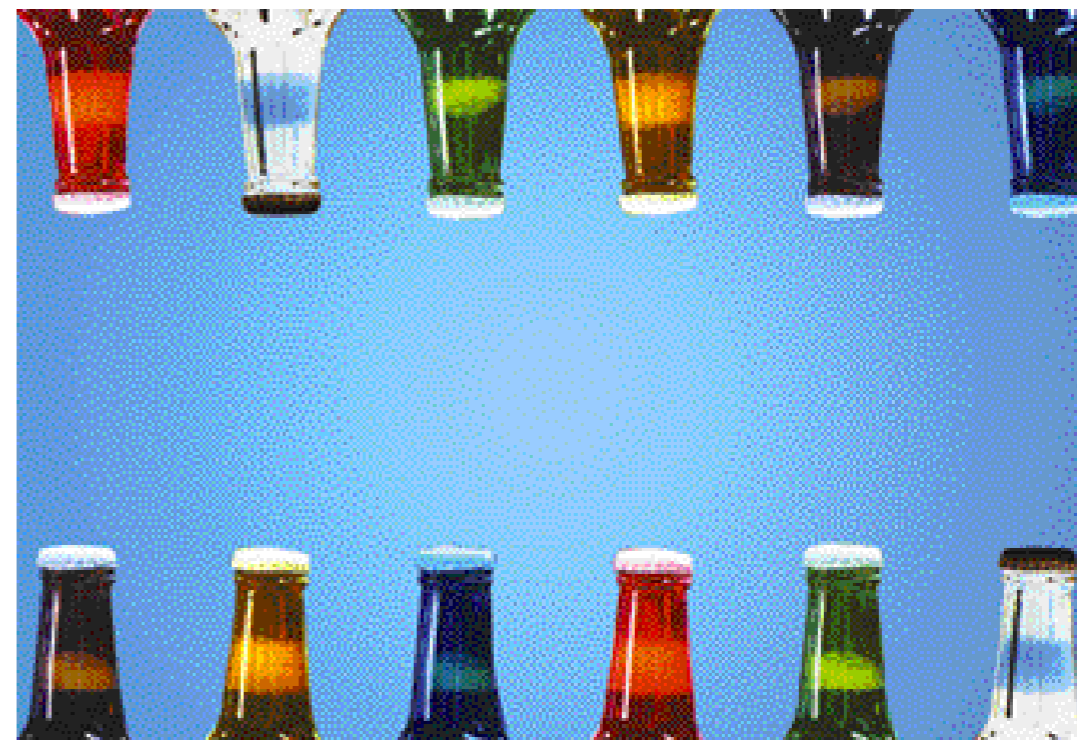
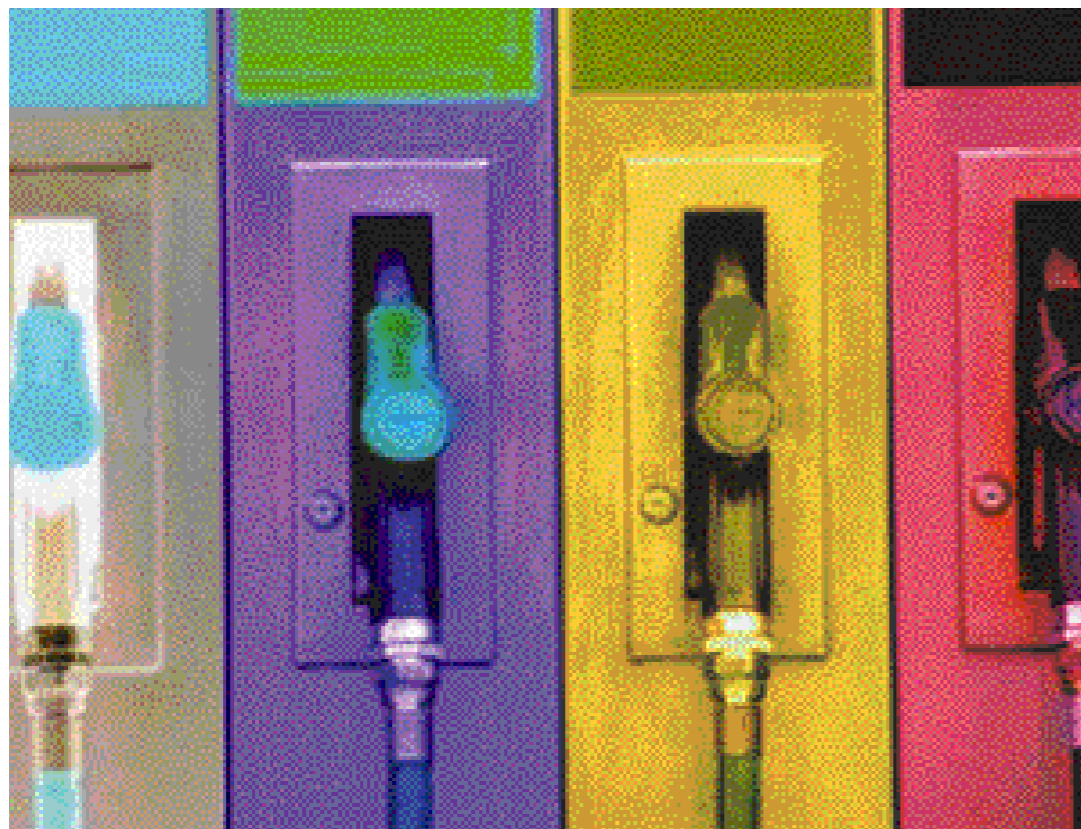
COMBUSTÍVEL

A máfia que adultera e sonega combustíveis no Brasil sofreu severas baixas no ano passado, com a prisão de vários integrantes em operações da Polícia Federal. Mas ainda há muito que fazer para acabar com a sonegação e as fraudes no setor, estimadas em mais de R\$ 2,5 bilhões por ano. Além de causar enormes prejuízos às empresas éticas do segmento, a adulteração de combustíveis afeta a indústria automobilística, já que interfere na durabilidade dos motores. Um levantamento feito em novembro de 2004 pelo Departamento de Inteligência da Polícia Civil do Estado de São Paulo, junto com a Secretaria de Fazenda do Estado, em 10% dos postos da Grande São Paulo, mostrou que 60,9% desse universo fiscalizado vendia gasolina adulterada. Dos 238 postos analisados, em 153 havia adulteração.

As fraudes acontecem das mais diversas formas, gerando prejuízos ao consumidor e ao erário. Algumas distribuidoras compram álcool anidro (acrescentado à gasolina), que não sofre incidência de tributos, e adicionam água, transformando o produto em álcool hidratado. Essa prática é conhecida no mercado como álcool molhado. Atualmente, o único combustível automotivo que

não tem tributação monofásica (incidência única no produtor) é o álcool hidratado. Por isso, é nesse produto que se concentram os maiores índices de práticas desleais. Estima-se que mais de R\$ 1 bilhão são sonegados por ano somente na comercialização do álcool. Os combustíveis geram uma arrecadação de mais de R\$ 40 bilhões por ano entre tributos federais e estaduais. Na gasolina os impostos chegam a atingir cerca de 50% de seu preço final.

O setor de combustíveis defende que o álcool, por ser um combustível limpo e renovável, deve ter tributação diferenciada, visto que gera emprego e fixa o homem no campo. Serve como exemplo a iniciativa do governo do Estado de São Paulo, que reduziu o ICMS sobre o álcool hidratado de 25% para 12%, em dezembro de 2003, e viu a arrecadação aumentar em 7% graças à drástica redução da informalidade e da sonegação. Nesse sentido, é fundamental que os demais estados reduzam suas alíquotas de ICMS e que o governo federal publique o decreto que zera as alíquotas do PIS/Cofins do álcool hidratado incidente na distribuidora, conforme faculta o artigo 91 da Lei 10.833/03.



CERVEJA

O dia 21 de janeiro de 2005 pode ser considerado um marco na história do combate à sonegação no Brasil. A partir daquela data, todas as cervejarias do país, com exceção daquelas consideradas artesanais, têm de estar com os medidores de vazão funcionando a todo vapor. Esses aparelhos, instalados diretamente nas enchedoras que informam os volumes líquidos envasados em cada linha de produção. Os dados são coletados automaticamente e transferidos para a Receita Federal, sem a possibilidade de qualquer interferência externa. O objetivo é fechar as portas para uma das principais práticas de sonegação do nosso mercado, que é a venda de produtos sem a devida emissão de notas fiscais. Apesar de ser um dos mais taxados do país – a carga tributária sobre a cerveja é da ordem de 33% em relação ao preço final do produto ao consumidor (considerando apenas os impostos diretos: IPI, ICMS, PIS e Cofins) –, o mercado cervejeiro também é um dos que mais sofrem com a evasão fiscal. Segundo estudo do Sindicato Nacional das Indústrias de Cerveja, a sonegação no setor desvia dos cofres públicos (estadual e federal) cerca de R\$ 720 milhões por ano, o equivalente a 15% de toda a arrecadação.

O controle através dos medidores de vazão vai

acabar com práticas de sonegação como a “nota plastificada”: o caminhão deixa a fábrica com a mercadoria e sua respectiva nota e, sem fiscalização no trajeto, a nota é reutilizada para nova entrega. A cada viagem feita o governo deixa de arrecadar os impostos. Outra tática é o “bate e volta”: a empresa diz que a mercadoria será exportada e, em vez disso, manda o caminhão para outro Estado, onde a cerveja é vendida. A Receita Federal firmou acordo com 13 estados para que os fiscais dos governos auxiliem no monitoramento dos medidores. Com isso, os governadores também terão um poderoso instrumento de controle da evasão tributária.

Alguns estados, como Ceará e Maranhão, já compraram essa briga e criaram frentes de combate à sonegação do ICMS. Através de suas secretarias de Fazenda, travam uma queda-de-braço com as empresas que obtiveram liminares para não recolher o ICMS por substituição tributária. A substituição tributária é o mecanismo legal por meio do qual as fazendas públicas cobram antecipadamente dos fabricantes o ICMS (retido na fonte) que deveria ser pago pelo comércio. Ou seja, a indústria tem de recolher o tributo por toda a cadeia produtiva. Isso inviabiliza a sonegação por parte do fabricante. ★

Ordem na casa

Em dois anos à frente da Justiça, Márcio Thomaz Bastos articula a reforma do Judiciário, comanda a Campanha do Desarmamento e cria o conselho que promete acabar com a pirataria Por Andrea Asséf

Aos 69 anos, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, tem muito o que comemorar. Foi um dos principais articuladores da reforma do Judiciário e responsável por fazer andar uma proposta empacada há 20 anos: o controle externo da Justiça brasileira, que, segundo ele, pode provocar uma revolução gerencial no Judiciário, que assumirá um status de gestão moderna de políticas públicas. Um dos maiores criminalistas do Brasil, com mais de 700 julgamentos, entre defesas e acusações, Thomaz Bastos está à frente da Campanha do Desarmamento, que recebeu o Prêmio Unesco, em 2004. No ano passado, o ministro percorreu 18 estados com a Caravana do Desarmamento. A previsão era encerrar 2004 com 80 mil armas recolhidas. Ultrapassaram a marca das 240 mil armas, e a campanha foi estendida por mais seis meses. Outra vitória: as ações da Polícia Federal no combate ao crime organizado, que resultaram na prisão de mafiosos, políticos, delegados, policiais e juízes. Na entrevista exclusiva que Thomaz Bastos concedeu à revista ETCO, ele fala de tudo isso e ainda conta como e por que uniu governo e sociedade civil no combate à concorrência desleal através do recém-criado Conselho Nacional de Combate à Pirataria.

ETCO: Qual é a importância do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual?

Thomaz Bastos: O Conselho demonstra que o governo federal acolheu a indicação da CPI da Pirataria para a elaboração de um plano nacional de combate a esse delito e inaugura uma nova fase de enfrentamento do problema. Agora, o Estado passará a agir de maneira articulada e usando a inteligência de suas polícias, uma vez que a pirataria é uma face do crime organizado. A idéia é que o Conselho trabalhe dentro do conceito de rede, compartilhando informações, propondo ações educativas junto à sociedade e repressivas no combate aos fabricantes e distribui-

dores de produtos piratas, além de medidas que aumentem o custo desses produtos e visem à redução de preço dos produtos legais.

ETCO: Quais são as prioridades do Conselho?

Thomaz Bastos: O Conselho foi instalado no dia 24 de novembro de 2004. A prioridade, neste primeiro momento, é a organização do órgão. Elaborar o regimento interno e o planejamento estratégico para bem cumprir as competências definidas pelo decreto de criação. Paralelo a isso, houve uma grande ação da Polícia Federal, em Foz do Iguaçu, a Operação Catarata, um forte golpe na pirataria praticada na região, no final do ano passado, que resultou na apreensão de produtos no valor de US\$ 45 milhões.

ETCO: Por que a sonegação não foi incluída na formatação da criação do Conselho?

Thomaz Bastos: A finalidade do Conselho é elaborar as diretrizes para a formulação e proposição de um plano nacional para o combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente e aos delitos contra a propriedade intelectual. A sonegação fiscal, em sentido amplo, é da competência da Secretaria da Receita Federal. Ou seja, se um determinado estabelecimento comercial não está emitindo nota fiscal, o problema é com o Fisco. As proposições do Conselho ficarão restritas à sonegação decorrente da pirataria. Para dar maior ênfase ao problema da sonegação, teremos a participação não só do Ministério da Fazenda como também da Secretaria da Receita Federal.

ETCO: Qual o papel que entidades como o ETCO podem exercer na luta contra ilícitos como sonegação e pirataria?

Thomaz Bastos: O ETCO e as outras entidades que representam diversos setores da iniciativa privada serão vitais para que o Conselho efetivamente trabalhe dentro do conceito de rede. Os setores de fumo, bebida e combustível terão no ETCO um canal de cooperação do setor privado com o



RUY BARONVALOR

público e de compartilhamento das informações acumuladas pelas suas inteligências, como a dos órgãos policiais, especialmente sobre a forma de atuação das quadrilhas que agem nesses setores.

ETCO: O que pode ser feito para conscientizar mais o consumidor dos riscos de adquirir produtos de origem ilícita?

Thomaz Bastos: As campanhas educativas serão uma das três vertentes de atuação do Conselho. Elas deverão informar sobre os riscos que medicamentos piratas representam para a saúde do consumidor, bem como sobre os malefícios que a pirataria traz para a economia do país e sobre a relação da pirataria com o crime organizado. É preciso mostrar que aquele que compra produto pirata, além de colocar sua saúde em risco, financia outros tipos de crime e que os produtos piratas quebram a cadeia produtiva e acarretam o fechamento de postos de trabalho.

ETCO: Como acelerar as decisões no Judiciário e diminuir a sensação de impunidade?

Thomaz Bastos: A reforma do Poder Judiciário foi listada como uma prioridade pelo presidente Lula desde o primeiro dia de mandato. Não há dúvida de que a reforma tem por escopo atacar algumas áreas fundamentais. Poderíamos listar a transparência, o aumento do acesso à Justiça e o ganho de eficiência. Mas é importante dizer que, quando falamos em reforma, não estamos nos restringindo à reforma constitucional simplesmente. A Emenda 45/04, aprovada em dezembro do ano passado, foi apenas o ponto de partida de uma reforma mais ampla que estamos construindo em estreita parceria com os Poderes Legislativo e Judiciário.

ETCO: Como está a discussão em relação ao controle externo do Judiciário?

Thomaz Bastos: A Emenda 45/04 criou um órgão que representa um enorme salto de qualidade para o Judiciário brasileiro. Trata-se do Conselho Nacional de Justiça. Foram conferidas a esse Conselho responsabilidades importantíssimas, que podem propiciar uma revolução gerencial para aquele Poder.

ETCO: Qual será a missão do Conselho?

Thomaz Bastos: O Conselho tem duas funções. A mais conhecida é o seu caráter disciplinar. Ele terá amplos poderes para requisitar informações e ampliar a transparência dos juízes e tribunais. Vai poder julgar processos disciplinares contra juí-

“ A idéia é que o Conselho compartilhe informações, propondo ações educativas junto à sociedade e repressivas no combate aos fabricantes e distribuidores de produtos piratas ”

zes e inclusive impor sanções a eles. No entanto, no meu entendimento, esta não é a função primordial do Conselho. A principal missão é a capacidade de conferir à gestão do Judiciário um status de gestão moderna de políticas públicas.

ETCO: O que significa isso?

Thomaz Bastos: Significa produzir dados robustos sobre a realidade dos processos e tribunais e, a partir daí, conseguir elaborar planos de intervenção e de gestão orçamentária que possam melhorar a qualidade do serviço público.

ETCO: O que é a Missão Suporte, unidade de elite criada pelo senhor para combater o crime organizado?

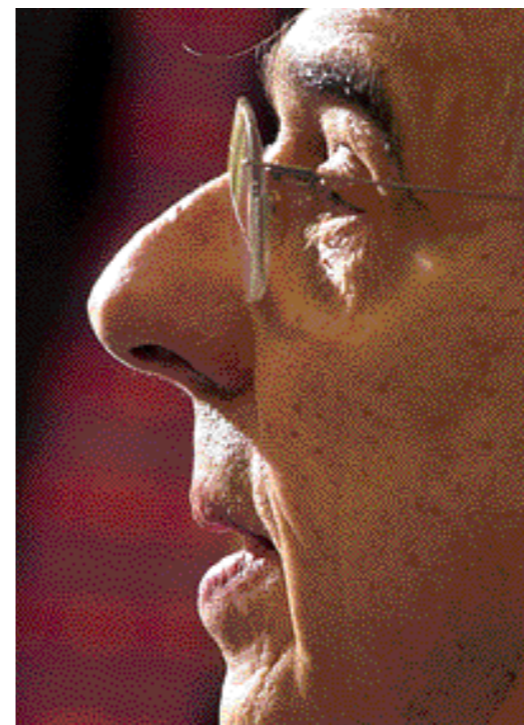
Thomaz Bastos: A Missão Suporte está em andamento no Rio de Janeiro e tem auxiliado a polícia estadual, especialmente com ações de inteligência. São 50 homens da Polícia Federal trabalhando com os melhores equipamentos que existem de monitoramento, de mapeamento, de georeferenciamento. Um exemplo foi o desmantelamento de uma quadrilha organizada que planejava roubos a carros-fortes e a bancos no Rio de Janeiro. Eles foram presos sem que um tiro sequer tivesse sido disparado.

ETCO: O Sistema Único de Segurança Pública já está em vigor?

Thomaz Bastos: Sim. O Susp está trazendo a gestão da segurança para o século XXI. Atualmente a distribuição de recursos para os estados não mais é feita a partir de critérios políticos ou de maneira aleatória. Todos os estados assumiram compromissos que aproximam, padronizam e interligam a gestão da segurança no Brasil. A Força Nacional é um exemplo disso.

ETCO: Qual é o objetivo da Força Nacional?

Thomaz Bastos: Cada Estado envia seus melho-



RUY BARONVALOR

Thomaz Bastos: Eu costumo dizer que o problema do Brasil não está nas leis, mas nas instituições. Veja o caso da Polícia Federal. Essa Polícia que está aí é a mesma do governo passado e trabalha na vigência das mesmas leis. No entanto, houve uma mudança significativa na qualidade e na eficiência do trabalho da PF no território nacional.

ETCO: O que provocou essa mudança?

Thomaz Bastos: Não há passe de mágica. Isso foi fruto de um trabalho sério e dedicado da própria Polícia, que, recebendo a ordem expressa de fazer um trabalho republicano e impessoal, passou por um importante processo de autodepuração. É evidente que para isso foi necessário tratar a PF como prioridade do governo, o que significou um aumento de mais de 100% em seu orçamento de custeio, além de reajuste para os funcionários e abertura de concursos para a contratação de novos quadros.

ETCO: O senhor poderia fazer um balanço da Caravana do Desarmamento?

Thomaz Bastos: Após uma grande mobilização da sociedade, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Desarmamento. No entanto, nós sabemos que a aprovação da lei não surte efeito se não houver um esforço para institucionalizar o que está prescrito. Assim, o governo federal se engajou na luta e promoveu uma grande campanha de desarmamento. A caravana teve um papel fundamental nisso. Nós passamos por todos os estados do Brasil, criando comitês em prol do desarmamento e liberando a sociedade civil para também recolher armas.

ETCO: O que o senhor viu pelo Brasil fora?

Thomaz Bastos: No Ceará, por exemplo, conheci uma senhora que usava cadeira de rodas por ter tomado um tiro em uma discussão conjugal. É justamente para combater esses crimes fúteis, que ocorrem a partir de uma briga, que a campanha existe. Se não houvesse uma arma, é provável que a briga tivesse outro desfecho.

ETCO: Até agora, quais são os resultados dessa campanha?

Thomaz Bastos: Não poderiam ser mais expressivos. Nossa previsão inicial era chegar ao dia 23 de dezembro com 80 mil armas recolhidas, mas conseguimos ultrapassar a marca das 240 mil armas e resolvemos estender o prazo da campanha por mais seis meses. ★

res policiais para receber treinamento de elite, padronizado pelo governo federal, e, em caso de crise aguda da Segurança em algum lugar, enviarmos esses policiais para controlar a situação. Até o fim do governo Lula nós teremos mais de 10 mil homens treinados. A vantagem é que, mesmo que a Força nunca fosse requisitada, ela serviria para oferecer a formação de excelência para policiais estaduais, que vão compartilhar os novos conhecimentos com seus colegas nos estados, melhorando o nível das polícias em todo o Brasil.

ETCO: Como estão os acordos com os países do Mercosul na questão da propriedade intelectual (combate à pirataria e ao contrabando de cigarros)?

Thomaz Bastos: Durante reunião de ministros da Justiça e do Interior do Mercosul, em Brasília, em novembro do ano passado, foram assinados dois acordos para a prevenção e o combate à pirataria e ao contrabando de cigarros. Os tratados estabelecem normas que vão simplificar a troca de informações entre os países, além de operações conjuntas.

ETCO: O Brasil está no caminho de Hong Kong, antigo exemplo de ineficiência e corrupção que após uma limpeza em seus quadros policiais tornou-se um país seguro para o investimento estrangeiro?

ETCO para exportação

Empresários da Argentina, do Chile e do México querem usar know-how do Instituto para combater informalidade em seu país Por Renato Mendes

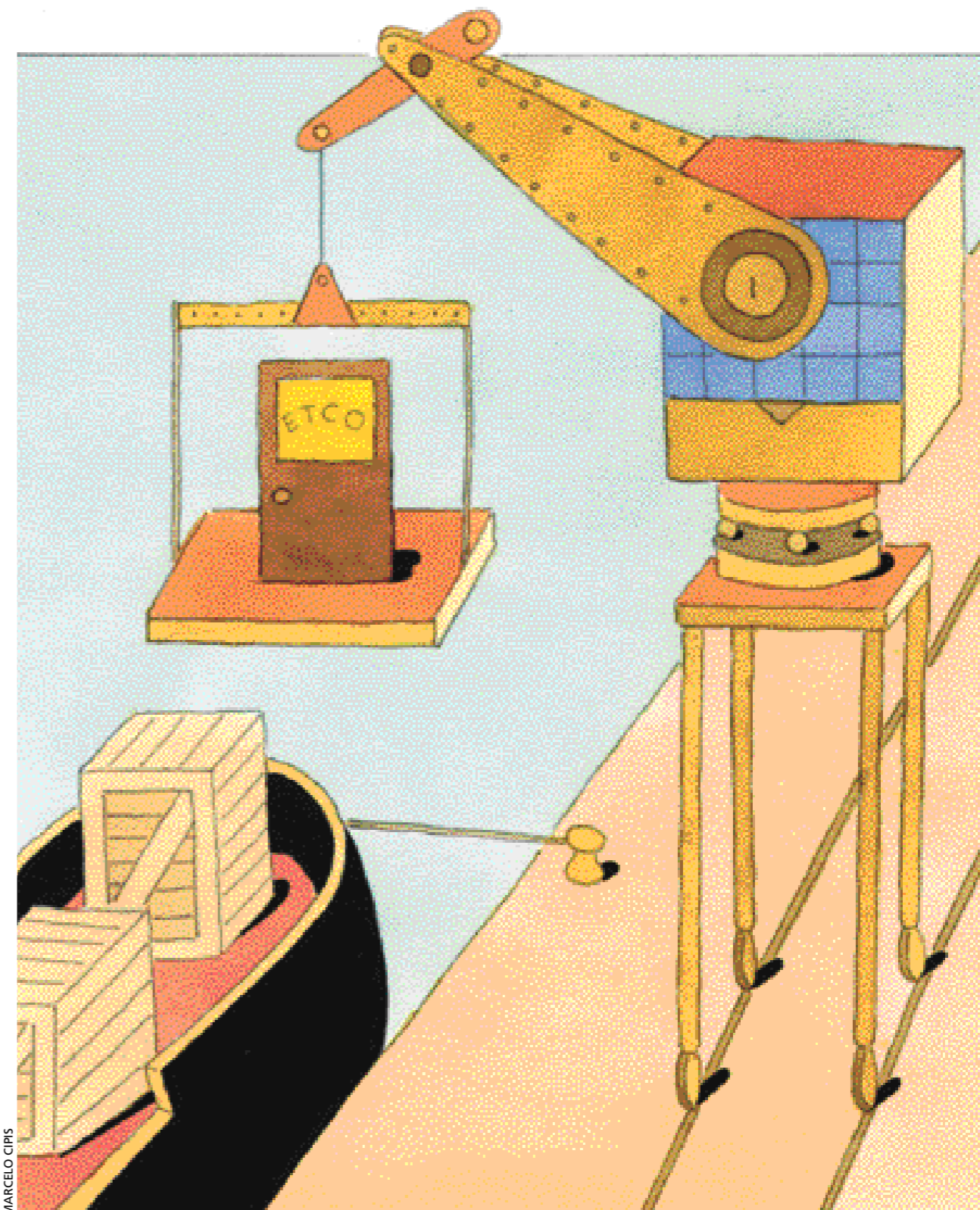
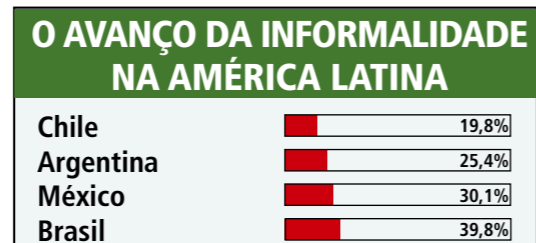
O trabalho do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO já começa a ser reconhecido além das fronteiras brasileiras. Após tomarem conhecimento da forma de atuação e dos resultados alcançados pelo ETCO no Brasil, empresários do México, da Argentina e do Chile demonstraram interesse em levar a experiência pioneira a seu país. “Infelizmente, a informalidade já é um problema real para a maioria deles. Será com satisfação que iremos trocar informações e ajudá-los a combatê-la, contando com a *expertise* acumulada desde nossa fundação”, disse o presidente-executivo do ETCO, Emerson Kapaz, que em viagem pela América Latina, no final do ano passado, participou de diversos debates e palestras sobre os resultados obtidos pelo Instituto na luta contra a concorrência predatória no Brasil.

Em Buenos Aires, Kapaz esteve presente à reunião cujo tema era a questão da ilegalidade no Mercosul, da qual participaram, além dos congressistas do Brasil e da Argentina, entidades de classe como a Câmara Argentina de Comércio (CAC). Todos com o mesmo objetivo: trocar informações e encontrar soluções para as práticas desleais na economia de seu país. Já as viagens ao Chile e México foram feitas para atender a convites de empresários locais, interessados exclusivamente em conhecer o trabalho realizado pelo Instituto.

Dos três países citados, o México é o que se encontra em situação mais delicada. Segundo pesquisa global conduzida pela consulto-

ria McKinsey, a informalidade já toma 30,1% da renda nacional bruta mexicana – ainda assim, um percentual inferior ao brasileiro, de 39,8%. Apesar de não existirem estudos que detalhem esse índice, é possível dizer que, como na maioria dos países, a informalidade está presente principalmente no mercado de trabalho e no pagamento de impostos. O empresário Jorge Zindel Mundet, presidente da associação que representa os fabricantes de refrigerantes do México, é um dos que buscam ampliar o debate acerca do problema. “Estudamos a possibilidade de criar um organismo semelhante ao ETCO”, disse. Numa prova de que não estão para brincadeira, representantes mexicanos vieram ao Brasil e participaram de diversas reuniões para se aprofundar sobre o funcionamento do Instituto. Em seguida, voltaram ao México com cópias do estatuto do ETCO debaixo do braço, prontos para debater com seus associados a concretização da idéia.

Tão preocupados quanto os mexicanos estão os empresários da Argentina. Nos últimos



MARCELO CIPRI

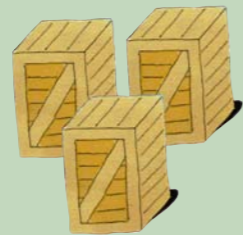
anos, eles assistiram a um avanço assustador da informalidade, que se encontra hoje na casa dos 25,4% da renda nacional bruta. A indústria local critica a elevada carga tributária e a aponta como uma das responsáveis pelo avanço da informalidade. É consenso entre os economistas e empresários argentinos que esse é um fenômeno vinculado geralmente a produtos sobre os quais pesam altas pressões tributárias. Trata-se de um problema amplo que afeta fabricantes de produtos tão diversos como automóveis, eletroeletrônicos e bebidas alcoólicas, entre outros. O consultor Gaston Botazzini, da McKinsey Argentina, vai além e identifica aqueles que seriam os setores mais afetados pelo avanço da informalidade. “Construção civil, o varejo e a indústria alimentícia. Por sua elevada participação na composição do PIB, a construção é o setor com maiores impactos no que se refere à evasão fiscal”, afirma Botazzini.

Mas são os impactos da concorrência desleal no varejo que vêm tirando o sono de Rodrigo Pérez Graziano, da Câmara Argentina de Comércio. Ele conta que, em razão da crise econômica que assolou o país nos últimos anos, delitos como o contrabando, a falsificação e a venda de mercadorias ilegais têm crescido rapidamente. A CAC organiza diversas campanhas de combate à venda de ilícitos, mas Graziano sabe que não se trata de uma briga fácil. “Para que se tenha uma idéia, somente nas principais avenidas e ruas de Buenos Aires existem cerca de 1.300 pontos-de-venda de mercadorias ilegais”, diz. O comércio de máquinas fotográficas digitais, uma febre de consumo nos últimos anos, é, para ele, um bom indicador do que acontece no país. “Aproximadamente 40 mil delas são comercializadas por ano na Argentina. Poderia dizer que entre 70% e 80% delas têm procedência duvidosa. É um caso de subfaturamento, em que as câmaras são importadas a US\$ 1 cada uma”, diz Graziano. A CAC é outra entidade que espera contar com o know-how do ETCO no combate à concorrência desleal na Argentina. A entidade enviou uma carta ao Brasil propondo um protocolo de parcerias com o Instituto.

A proliferação de ações predatórias na economia atinge até países como o Chile, caso



Graziano, da CAC, e o comércio de rua em Buenos Aires: “A crise agravou a informalidade na Argentina”



O TAMANHO DO PROBLEMA NA ARGENTINA:

- Cerca de 18% dos cigarros comercializados no país têm como origem o contrabando
- Entre 70% e 80% das 40 mil câmaras digitais vendidas anualmente têm procedência duvidosa
- Mais de 62% dos softwares utilizados são ilegais
- Pelo menos 55% dos CDs e DVDs vendidos deixam de pagar impostos
- Há 1 milhão de conexões clandestinas de TV a cabo

raro de prosperidade econômica dentro do continente. Segundo analistas chilenos, um dos setores mais afetados com o avanço da informalidade é o de bebidas. “A situação chilena é relativamente mais tranquila porque o mercado vem crescendo de forma uniforme nos últimos anos e porque há uma grande simplificação tributária”, explica Kapaz, que esteve no país exatamente a convite de empresários do setor de cerveja e refrigerantes. O Chile tem um dos mais baixos índices de informalidade entre países em desenvolvimento: 19,8% da renda nacional bruta. Mesmo assim os chilenos estão empenhados em repetir a experiência do ETCO na luta contra a concorrência desleal em seu país.

Ironicamente, é o fato de figurar entre países cuja economia está seriamente afetada pela praga da informalidade que dá a instituições brasileiras como o ETCO condição de exportar know-how no combate à concorrência desleal. Os vizinhos latino-americanos agradecem, pois sabem que, quando o assunto é informalidade, eles não querem ser o Brasil de hoje. ★



S.O.S. PARAGUAI

Não é de hoje que os impactos da informalidade que corrói a economia do Paraguai podem ser sentidos deste lado da fronteira. Empresas éticas brasileiras sofrem há anos com a concorrência desleal causada pela entrada de mercadorias ilícitas. Apesar de ter obtido melhoras consideráveis nos resultados, é sabido que a estratégia atualmente adotada, baseada na repressão fronteiriça, jamais solucionará a questão. Ciente desse problema, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e o escritório regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em Assunção, capital do Paraguai, firmaram um acordo que promete revolucionar a forma como essa batalha está sendo travada.

Em vez de seguir combatendo apenas as consequências da informalidade, a parceria ETCO-Pnud pretende atacar as causas. Que fique claro que a rigorosa fiscalização de fronteiras não seria extinta, mas seria complementada com um plano mais amplo, de revigoração da economia formal da região da triplíce fronteira. A idéia é incentivar o desenvolvimento regional a partir de setores como o turismo da cidade de Foz do Iguaçu e o agronegócio a partir do plantio da soja, por exemplo. Eles funcionariam como ímãs para atrair investimento direto estrangeiro e atuariam como geradores de empregos formais. Assim, grande parte da mão-de-obra que hoje vai para o mercado informal por não ter outra opção ganharia uma alternativa. Ninguém é ilegal porque quer e o plano ETCO-Pnud dará uma oportunidade única para aqueles que desejam mudar de lado. O Brasil e o Paraguai agradecem.



João Geraldo Piquet Carneiro

“Em relação ao setor público, além do combate mais eficaz à corrupção, a sociedade passou a exigir dos servidores e administradores a adesão a regras mais claras de conduta funcional”

O aquecimento global da burocracia

Na última década, a “boa conduta” tornou-se parte essencial das estratégias de gestão tanto privada quanto pública. Trata-se de importantíssima evolução no campo das relações humanas e administrativas, na medida em que parte do reconhecimento de que as pessoas e instituições não se movem apenas em razão de leis e decretos. Elas agem e interagem também por fatores culturais e afetivos que podem ser cultivados e transformados em padrões de conduta mais elevados e adequados para o sucesso das organizações e a felicidade das pessoas.

Na esfera empresarial, é notável a crescente preocupação com a integridade da conduta dos administradores perante os acionistas, empregados, concorrentes, consumidores e clientes. Graças, por certo, ao acesso social amplo à informação, cobra-se hoje das empresas e de seus dirigentes – principalmente as que administram a poupança privada – a observância de normas de conduta (transparência e responsabilidade social e ambiental) em níveis impensáveis até poucos anos atrás.

Em relação ao setor público, além do combate mais eficaz à corrupção, a sociedade passou a exigir dos servidores e administradores a adesão a regras mais claras de conduta funcional. Entre estas, destacam-se as destinadas a evitar conflitos de interesse entre as atividades pública e privada, o nepotismo (favorecimento de parentes próximos) e o compadrio (tratamento privilegiado aos amigos). Em agosto de 2000, o governo federal

adotou o Código de Conduta da Alta Administração Federal, ao qual se vinculam ministros e secretários de Estado, dirigentes de agências reguladoras, autarquias e empresas públicas. Hoje, cerca de 700 funcionários da administração federal prestam contas de seus negócios privados à Comissão de Ética Pública da Presidência da República e, em vários casos, devem aceitar ajustes de conduta para prevenir a ocorrência de conflitos de interesse. Nesse sentido, o Brasil insere-se entre os países desenvolvidos – um fato hoje reconhecido pela ONU e pela OCDE.

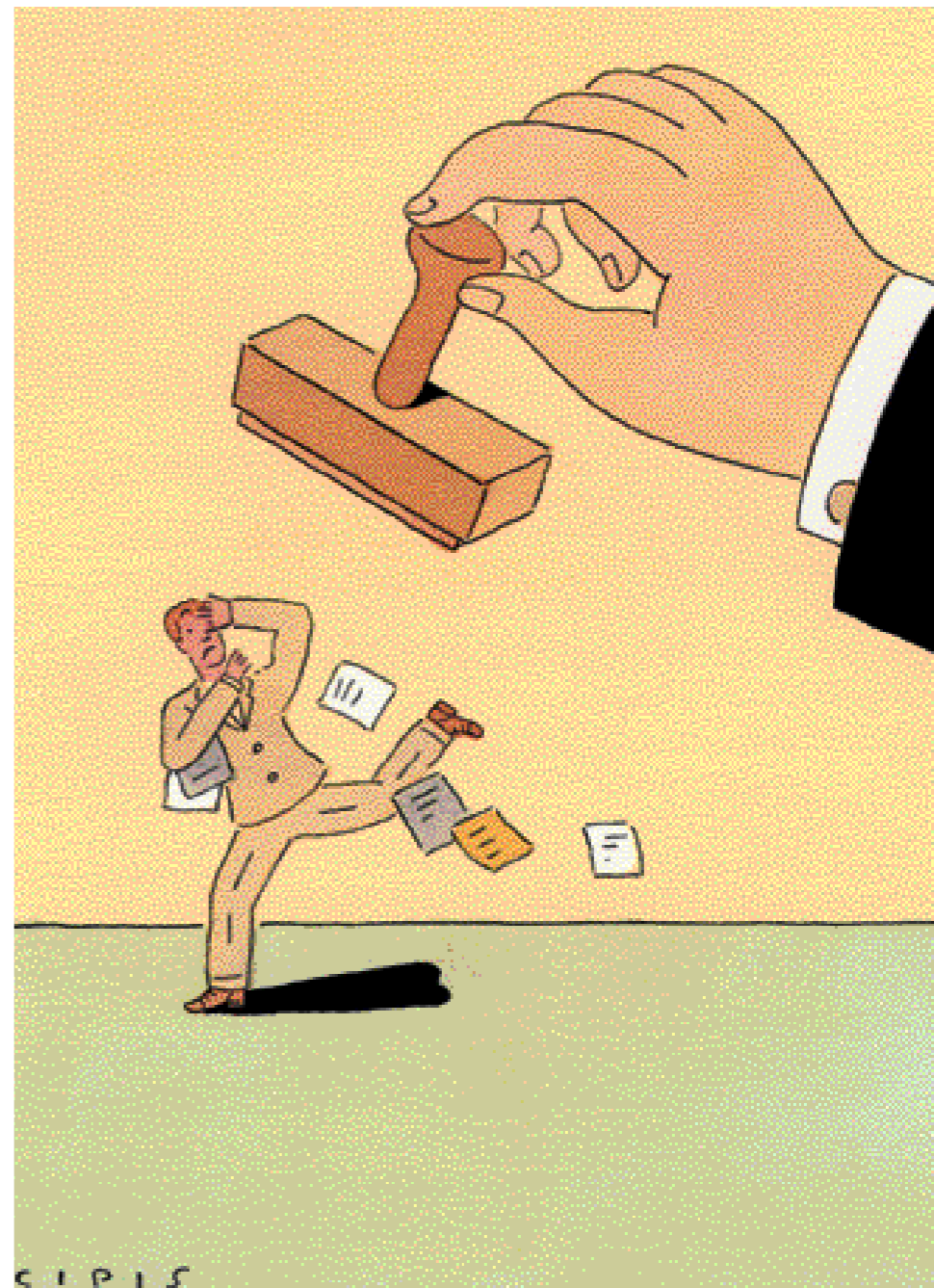
Lamentavelmente, igual progresso não ocorreu ainda no plano das relações entre a administração pública e a sociedade. Ao contrário, o que se constata é a crescente aspereza e insensibilidade burocrática em relação aos contribuintes e aos usuários de serviços públicos. Com efeito, em nome da necessidade de ajuste fiscal, aumentam-se impostos, criam-se novas exigências documentais, amplia-se o rol de certidões negativas e promovem-se recadastramentos de contribuintes. São mecanismos autoritários e antidemocráticos, tanto na forma quanto no conteúdo, que atingem principalmente o lado mais fraco da sociedade – os mais pobres e as pequenas empresas, ou seja, os que têm menos recursos para contratar advogados e despachantes.

O esforço de desburocratização promovido a partir de 1979 foi em grande parte anulado, o que nos coloca hoje, de acordo com recente relatório do Banco Mundial, entre os países mais burocratizados do mundo. É in-

cômodo e humilhante que não se tenha conseguido preservar e ampliar conquistas que, à época, foram pioneiras e serviram de exemplo para outros países. Mais grave ainda, a burocratização macula o regime democrático, pois maltrata os mais fracos e constitui forma de exclusão social política.

A burocratização assemelha-se ao “efeito estufa”, pois todos reconhecem os riscos que encerra, mas têm dificuldade prática de eliminar suas causas. De fato, a ninguém aproveita sobrecarregar as pessoas com obrigações e controles burocráticos, pois a partir de um certo nível de saturação esse processo se torna disfuncional para o próprio governo e compromete suas metas de inclusão social e crescimento econômico. Quem o diz é o próprio presidente Lula quando afirmou no Dia Mundial da Alimentação que “o papel do governo não é se fechar na burocracia de um gabinete... É abrir espaço para que a sociedade faça a sua parte, do jeito que ela quiser fazer, como ela puder fazer”.

É imprescindível tratar a desburocratização como parte dos direitos humanos, o que impõe ao governo o compromisso ético e político de promovê-la. A mensagem ética do governo não será apreendida pela sociedade se o governo, ele próprio, não se conduzir eticamente em relação aos cidadãos. Como lembrava Helio Beltrão, o governo é julgado diariamente nas filas e nos guichês das repartições públicas. Fica aqui a sugestão de que se inclua a desburocratização entre os compromissos éticos inerentes à boa governança. ★



João Geraldo Piquet Carneiro, ex-presidente da Comissão de Ética Pública, é formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-graduação em Direito Comparado pela New York University (Estados Unidos). Atualmente é presidente do Instituto Helio Beltrão – entidade sem fins lucrativos voltada para estudos sobre a Administração Pública –, membro da Associação Brasileira de Ciência da Administração e sócio do escritório Piquet Carneiro Advogados.



ROBERTO CASTRO

O Leão está longe de ser manso. Mesmo assim, o governo Lula pode comemorar a primeira queda tributária em quase uma década. Segundo o IBGE, o total de tributos cobrados em 2003 representou 34,88% do PIB, ou 0,65 ponto percentual menos do que os 35,53% registrados em 2002. O governo aposta que a tendência será mantida em 2004, apesar de ter adotado medidas que levaram a aumento de impostos. O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, explica isso em uma frase: “O que estamos vendo agora é expansão da economia e redução do espaço da evasão tributária”. Nesta entrevista exclusiva à revista do ETCO, ele antecipa medidas que serão tomadas para combater a sonegação, comenta as operações de combate à entrada de produtos falsificados em Foz do Iguaçu, adianta novas mobilizações contra a concorrência desleal e ainda conta algumas das iniciativas governamentais para reduzir a burocracia na vida das empresas.

ETCO: No final do ano passado, ao divulgar a queda da carga tributária em 2003, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse que o objetivo do governo é reduzir o peso dos tributos na economia. O compromisso será mantido?

Rachid: Respondendo diretamente a sua pergunta: será, o compromisso será mantido. Se observarmos a trajetória da carga tributária ao longo dos anos, podemos verificar que a variação de 2000 para 2001 foi de 1,73 ponto percentual, de 2001 para 2002 foi de 1,54 ponto percentual e já a de 2002 para 2003 registrou

uma queda de 0,65 ponto percentual. Nós vínhamos com a trajetória de 2 pontos percentuais de aumento, que foi interrompida, com direito a uma queda na carga tributária (2003) que não ocorria no Brasil desde 1996. Por isso, pensar que vamos chegar a 40% não faz sentido.

ETCO: Mas essa carga não pode ser reduzida? O país precisa de 34,88% do PIB de impostos?

Rachid: Você há de convir que o tamanho dessa carga é o tamanho da despesa. Se reduzir a despesa, é possível reduzir a carga. A política do governo desde o ano passado foi administrar essas despesas – fizemos corte de gastos. Essa é uma direção, porque para financiar o Estado há três fontes: ou você pega dinheiro emprestado e um dia vai ter de pagar, ou você emite moeda, ou você arrecada. Adotamos a terceira posição. Mas precisamos deixar bem claro a diferença entre arrecadação e carga tributária.

ETCO: Mas o governo adotou medidas que levaram a um aumento de impostos...

Rachid: Sim. O aumento da Cofins de 3% para 4%, elevamos a base de cálculo de lucro presumido dos prestadores de serviço. Isso foi intencional, porque havia elisão na migração de pessoas físicas para o regime de pessoa jurídica na prestação de serviços. No mais, há expansão da economia e redução do espaço da evasão tributária. Se não definirmos bem a diferença entre arrecadação e carga tributária, chegaremos no limite de dizer para o contribuinte: “Não pague mais, senão seremos alvo de crítica de aumento de carga tributária”. Não é o caso. Nós queremos que as pessoas que não estão pagando

“ A sociedade tem de saber que parte do que ela paga ao comprar um produto é imposto. É preciso exigir o documento fiscal. É o papel do cidadão. Peça nota! Isso é cidadania ”

passem a pagar para que num segundo momento possamos reduzir, equilibrar isso.

ETCO: Podemos dizer que temos uma arrecadação elevada, mas a população não é bem atendida pelo Estado?

Rachid: Eu não posso dizer que nós estamos num nível aceitável de cumprimento das obrigações tributárias. Precisamos de mais ações para coibir a evasão tributária. E é bom a gente separar determinados setores. Cigarros, por exemplo, é um setor muito sensível e de evasão elevada, porque a pressão tributária sobre o setor também é elevada e estimula a evasão. O problema de contrabando nessa área é mundial.

ETCO: Qual seria a solução nesse caso?

Rachid: Estamos em busca dos contadores automáticos de produção. Nos cigarros estamos trabalhando em conjunto com a Casa da Moeda para efetuar o controle da produção na utilização do selo eletrônico fiscal. Já está em desenvolvimento e nossa expectativa é de implementá-lo em 2006. Há também um outro problema: quase 50% das empresas no Brasil operam com medida judicial. Nós temos o costume de dizer que essas fábricas produzem impostos sobre o produto cigarro, porque praticamente dois terços são arrecadação. O consumidor paga imposto que não está indo para os cofres. E depois ele não pode cobrar isso do Estado.

ETCO: O senhor fala em medidas pesadas para combater a sonegação. O que pode vir por aí?

Rachid: A nossa sonegação é diferenciada. Por exemplo, no setor de cigarros, 30% da produção

ainda está na economia informal. Precisamos trazer isso para a formalidade. Os números sinalizam essa queda, mas talvez esteja lenta. Outro setor é o de bebidas. Estamos conversando com os estados para adotar dispositivos como o medidor de vazão. Esperamos que, na parte de cerveja, 100% das companhias estejam com o medidor até fevereiro. O próximo passo, eu espero que para o segundo semestre de 2005, será o medidor de vazão para a área de refrigerantes. Depois temos as engarrafadoras de água.

ETCO: Mas é só a Receita Federal que pode coibir essa sonegação? O que pode ajudar nesse combate?

Rachid: A conscientização da sociedade. A sociedade tem de saber que parte do que ela paga ao comprar um produto é imposto. É preciso exigir o documento fiscal comprovando que ela pagou pelo produto. É o papel do cidadão. Peça nota! Isso é cidadania.

ETCO: Por falar nisso, como a Receita tem trabalhado para coibir a pirataria?

Rachid: Estamos com a Operação Cataratas desde 8 de novembro, em Foz do Iguaçu. É uma mobilização da Receita, com a Polícia Federal, o Ministério Público, a Polícia Civil, a Polícia Militar. O que queremos em Foz é que seja desenvolvido o verdadeiro turismo, e não a ida de pessoas apenas para comprar mercadorias de procedência duvidosa. Lá, existe hoje uma economia movimentada por produtos cujos valores agregados não beneficiam a população de Foz, muitas vezes são mercadorias asiáticas. Isso promove uma atividade econômica que afunda cada vez mais a população da região.

ETCO: Como é feita essa operação?

Rachid: Nós selecionamos os ônibus de contrabando. Algo em torno de mil catalogados. Já tiramos do mercado 350 de circulação e esperamos, até o final do ano, tirar 500 ônibus, para dificultar a logística do abastecimento dessas mercadorias no restante do país. Com a Operação Cataratas, a criminalidade caiu. Isso melhora o clima da cidade.

ETCO: Essa operação pode ser estendida a outros lugares do Brasil?

Rachid: Estamos estendendo isso a alguns estados. Está prevista uma operação em São Paulo e outra no Rio Grande do Sul. Já houve uma ação como essa em Florianópolis. ★



ROBERTO CASTRO

O xerife da Receita

Para o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, só será possível combater a concorrência desleal com aperto na fiscalização e redução da burocracia na vida das empresas Por Felipe Freire, de Brasília

O Leão está longe de ser manso. Mesmo assim, o governo Lula pode comemorar a primeira queda tributária em quase uma década. Segundo o IBGE, o total de tributos cobrados em 2003 representou 34,88% do PIB, ou 0,65 ponto percentual menos do que os 35,53% registrados em 2002. O governo aposta que a tendência será mantida em 2004, apesar de ter adotado medidas que levaram a aumento de impostos. O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, explica isso em uma frase: “O que estamos vendo agora é expansão da economia e redução do espaço da evasão tributária”. Nesta entrevista exclusiva à revista do ETCO, ele antecipa medidas que serão tomadas para combater a sonegação, comenta as operações de combate à entrada de produtos falsificados em Foz do Iguaçu, adianta novas mobilizações contra a concorrência desleal e ainda conta algumas das iniciativas governamentais para reduzir a burocracia na vida das empresas.

ETCO: No final do ano passado, ao divulgar a queda da carga tributária em 2003, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse que o objetivo do governo é reduzir o peso dos tributos na economia. O compromisso será mantido?

Rachid: Respondendo diretamente a sua pergunta: será, o compromisso será mantido. Se observarmos a trajetória da carga tributária ao longo dos anos, podemos verificar que a variação de 2000 para 2001 foi de 1,73 ponto percentual, de 2001 para 2002 foi de 1,54 ponto percentual e já a de 2002 para 2003 registrou uma queda de 0,65 ponto percentual. Nós ví-

nhamos com a trajetória de 2 pontos percentuais de aumento, que foi interrompida, com direito a uma queda na carga tributária (2003) que não ocorria no Brasil desde 1996. Por isso, pensar que vamos chegar a 40% não faz sentido.

ETCO: Mas essa carga não pode ser reduzida? O país precisa de 34,88% do PIB de impostos?

Rachid: Você há de convir que o tamanho dessa carga é o tamanho da despesa. Se reduzir a despesa, é possível reduzir a carga. A política do governo desde o ano passado foi administrar essas despesas – fizemos corte de gastos. Essa é uma direção, porque para financiar o Estado há três fontes: ou você pega dinheiro emprestado e um dia vai ter de pagar, ou você emite moeda, ou você arrecada. Adotamos a terceira posição. Mas precisamos deixar bem claro a diferença entre arrecadação e carga tributária.

ETCO: Mas o governo adotou medidas que levaram a um aumento de impostos...

Rachid: Sim. O aumento da Cofins de 3% para 4%, elevamos a base de cálculo de lucro presumido dos prestadores de serviço. Isso foi intencional, porque havia elisão na migração de pessoas físicas para o regime de pessoa jurídica na prestação de serviços. No mais, há expansão da economia e redução do espaço da evasão tributária. Se não definirmos bem a diferença entre arrecadação e carga tributária, chegaremos no limite de dizer para o contribuinte: “Não pague mais, senão seremos alvo de crítica de aumento de carga tributária”. Não é o caso. Nós queremos que as pessoas que não estão pagando passem a pagar para que num segundo momento possamos reduzir, equilibrar isso.



ROBERTO CASTRO

ETCO: Podemos dizer que temos uma arrecadação elevada, mas a população não é bem atendida pelo Estado?

Rachid: Eu não posso dizer que nós estamos num nível aceitável de cumprimento das obrigações tributárias. Precisamos de mais ações para coibir a evasão tributária. E é bom a gente separar determinados setores. Cigarros, por exemplo, é um setor muito sensível e de evasão elevada, porque a pressão tributária sobre o setor também é elevada e estimula a evasão. O problema de contrabando nessa área é mundial.

ETCO: Qual seria a solução nesse caso?

Rachid: Estamos em busca dos contadores automáticos de produção. Nos cigarros estamos trabalhando em conjunto com a Casa da Moeda para efetuar o controle da produção na utilização do selo eletrônico fiscal. Já está em desenvolvimento e nossa expectativa é de implementá-lo em 2006. Há também um outro problema: quase 50% das empresas no Brasil operam com medida judicial. Nós temos o costume de dizer que essas fábricas produzem impostos sobre o produto cigarro, porque praticamente dois terços são arrecadação. O consumidor paga imposto que não está indo para os cofres. E depois ele não pode cobrar isso do Estado.

ETCO: O senhor fala em medidas pesadas para combater a sonegação. O que pode vir por aí?

Rachid: A nossa sonegação é diferenciada. Por exemplo, no setor de cigarros, 30% da produção ainda está na economia informal. Precisamos trazer isso para a formalidade. Os números sinali-

zam essa queda, mas talvez esteja lenta. Outro setor é o de bebidas. Estamos conversando com os estados para adotar dispositivos como o medidor de vazão. Esperamos que, na parte de cerveja, 100% das companhias estejam com o medidor até fevereiro. O próximo passo, eu espero que para o segundo semestre de 2005, será o medidor de vazão para a área de refrigerantes. Depois temos as engarrafadoras de água.

ETCO: Mas é só a Receita Federal que pode coibir essa sonegação? O que pode ajudar nesse combate?

Rachid: A conscientização da sociedade. A sociedade tem de saber que parte do que ela paga ao comprar um produto é imposto. É preciso exigir o documento fiscal comprovando que ela pagou pelo produto. É o papel do cidadão. Peça nota! Isso é cidadania.

ETCO: Por falar nisso, como a Receita tem trabalhado para coibir a pirataria?

Rachid: Estamos com a Operação Cataratas desde 8 de novembro, em Foz do Iguaçu. É uma mobilização da Receita, com a Polícia Federal, o Ministério Público, a Polícia Civil, a Polícia Militar. O que queremos em Foz é que seja desenvolvido o verdadeiro turismo, e não a ida de pessoas apenas para comprar mercadorias de procedência duvidosa. Lá, existe hoje uma economia movimentada por produtos cujos valores agregados não beneficiam a população de Foz, muitas vezes são mercadorias asiáticas. Isso promove uma atividade econômica que afunda cada vez mais a população da região.

ETCO: Como é feita essa operação?

“ A sociedade tem de saber que parte do que ela paga ao comprar um produto é imposto. É preciso exigir o documento fiscal. É o papel do cidadão. Peça nota! Isso é cidadania ”

Rachid: Nós selecionamos os ônibus de contrabando. Algo em torno de mil catalogados. Já tiramos do mercado 350 de circulação e esperamos, até o final do ano, tirar 500 ônibus, para dificultar a logística do abastecimento dessas mercadorias no restante do país. Com a Operação Cataratas, a criminalidade caiu. Isso melhora o clima da cidade.

ETCO: Essa operação pode ser estendida a outros lugares do Brasil?

Rachid: Estamos estendendo isso a alguns estados. Está prevista uma operação em São Paulo e outra no Rio Grande do Sul. Já houve uma ação como essa em Florianópolis.

ETCO: Como a Receita pretende manter operações desse tipo de maneira mais abrangente?

Rachid: O governo fortaleceu a estrutura da Receita Federal recentemente. Estamos encaminhando uma proposta de regimento interno ao ministro da Fazenda. A idéia é ter divisões regionais de vigilância e repressão aduaneira, as chamadas Direp, com coordenação em Brasília. Esperamos ter equipes treinadas especialmente para isso. Serão dez regiões e dez divisões.

ETCO: Existe a possibilidade de fazer declarações unificadas para estados, municípios e União?

Rachid: Foi introduzido no final do ano passado um dispositivo que prevê que as administrações tributárias da União, estados e municípios atuarão de forma integrada, compartilhando informações fiscais e de cadastro. Um protocolo de unificação de cadastro já está em

processo avançado em São Paulo e na Bahia. A idéia desse cadastro é que o acesso à entrada de dados seja único. No Rio, o CNPJ já sai no mesmo dia.

ETCO: Será possível abrir empresas pela internet no futuro no Brasil?

Rachid: Com o cadastro sincronizado podemos ter a inscrição estadual, em tese, num dia. Além disso, há o tratamento diferenciado – tributário, trabalhista e previdenciário – ao microempresário, àquele que fatura até R\$ 36 mil por ano. E ali se fala numa plataforma de sistema tecnológico para atender às obrigações acessórias, do pagamento de impostos ao cumprimento de prestação de informações. Esse sistema que está sendo construído prevê uma interação forte com o registro do comércio. Eu não diria abrir uma empresa pela internet. Agora, podemos dizer que se der certo para quem se enquadra nesse limite de R\$ 36 mil, quando houver a regulamentação do novo Simples, temos um degrau já construído. A idéia é criar um ambiente menos burocrático.

ETCO: Como resolver o nanismo tributário, caso de empresas que não crescem para não pagar mais impostos?

Rachid: Nós imaginamos que para a regulamentação do novo tratamento tributário para micro e pequena empresa deve haver uma mudança nessa curva que gera um degrau de tributação da pequena para a média muito alto. A idéia é corrigir isso para que o sujeito se aperfeiçoe e tenha um ambiente favorável para fazer sua empresa crescer.

ETCO: Há anualmente inúmeras mudanças de legislação que acabam inviabilizando até o trabalho do contador. Como resolver isso?

Rachid: A preocupação do contador realmente é factual. Se uma empresa trabalha em todos os estados, ele tem, por exemplo, de saber as 27 legislações do ICMS. A reforma tributária visa corrigir isso, entre outras coisas. No âmbito federal, temos em relação ao IR uma estabilidade, desde 1998. Incluímos um modelo novo de tributação não-cumulativa do PIS e da Cofins. É uma legislação nova, e toda legislação nova demanda ajustes. Por isso, estamos vendo uma série de medidas voltadas especificamente para esses tributos. É normal. Seria ilusão falar que se poderia inserir uma

Força na fiscalização

Governo paulista cria grupo especial para apertar o cerco aos fraudadores **Por Jorge Félix**



O governador Geraldo Alckmin durante encontro com os membros do Conselho do ETCO, no Palácio dos Bandeirantes, em novembro de 2004

O termo inteligência fiscal está mudando de significado. Os advogados e especialistas em tributação sempre o utilizaram para definir as brechas na legislação para a empresa pagar menos impostos. Há um ano, no entanto, um esquadrão de 14 Eliot Ness começou a alterar radicalmente a forma de o Estado de São Paulo enfrentar os sofisticados esquemas ilegais de sonegação. A simples batida do fiscal para mergulhar em notas e autuar os espartinhos passou a ser apenas uma etapa inicial desse novo processo de fiscalização. Foram adotados instrumentos bem mais conseqüentes, como cruzamento de dados estatísticos, quebra de sigilo fiscal, estudo de setores econômicos, entre outros, permitindo assim uma maneira diferenciada de atuação do poder público. É uma outra forma de inteligência, desta vez, a serviço daquela boa e velha história de que todos são iguais perante a lei – inclusive na hora de pagar seus deveres.

Esse grupo de profissionais atrás de nossos Al Capones forma o Conselho Gestor de Ações Conjuntas de Combate à Evasão Fiscal (Cevaf), criado pelo governo paulista para integrar o trabalho da Procuradoria-Geral do Estado e a fiscalização da Secretaria de Fazenda. São sete procuradores e sete agentes fiscais da Receita estadual. Em 12 meses, o resultado do esforço pode ser traduzido em números. Em 2004, até o começo de novembro o Cevaf engordou a arrecadação em mais de R\$ 70 milhões. Recursos suficientes, por exemplo, para a construção de cerca de 2 mil casas populares. A meta do Cevaf era fechar o ano em 266 medidas conjuntas, porém foi obrigado a parar em 192 devido à greve ou morosidade do judiciário e a questões burocráticas – os maiores aliados da empresa que pretende ampliar seu poder de concorrência por meio da sonegação.

O antigo modelo de fiscalização do Estado, até hoje, facilitou muito o trabalho do sonegador. Segundo um dos procuradores do Cevaf, protegido pelo anonimato que a função exige, as empresas desenhavam a sua forma de operação dentro da lógica de se beneficiar das de-

ficiências ou negligências do poder público, fosse por uma fiscalização arcaica, fosse por um Judiciário lento. Isso permitiu, por muitos anos, o surgimento de todo tipo de esquema de sonegação, como a constituição de empresas em nome de laranjas, empresas sem patrimônio porém espantosamente produtivas e outras maracutaias já bastante conhecidas atualmente.

A atuação separada do Estado-juiz, Estado-advogado, Estado-fiscal também incentivava o sonegador ao crime já que, em caso de ser pego com a boca na botija, a execução judicial só chegaria em longos anos. Sendo que algumas táticas, como a da empresa com imposto a pagar mas sem patrimônio a ser confiscado, era aceita pela jurisprudência. Essa realidade deteriorou setores econômicos completamente contaminados por essas práticas de evasão fiscal – que, somadas à pirataria ou ao crime organizado, estavam inviabilizando a atividade de empresas sérias. O trabalho do Cevaf começou exatamente aí: diagnosticar o que a doença da sonegação estava provocando em cada setor. Apareceram como pacientes terminais uma parte da indústria farmacêutica, do comércio de combustíveis, de auto-peças, das fábricas de refrigerantes e das metalúrgicas.

Em pouco tempo o Cevaf conseguiu, ao menos, inibir o vírus. Procuradores e fiscais mapearam setores e detectaram empresas sonegadas contumazes, diferenciando-as das eventuais. Trouxeram de volta à formalidade do pagamento mensal de impostos vários contribuintes. E alteraram algumas jurisprudências importantes, como o tratamento diferenciado para contribuintes sonegadores e maus pagadores. A maior mudança foi cultural. Não bastava o fiscal apenas descobrir o ilícito e autuar, deixando o resto para o Judiciário – que apenas na capital paulista está debruçado em mais de 500 mil ações fiscais. O Cevaf agora procura entregar aos juízes um levantamento de dados consistentes para obter quebra de sigilo fiscal ou bancário, penhora de bens, busca e apreensão ou até prisão.

Foram criadas novas rotinas de trabalho para vencer o estorvo da morosidade dos tribunais. “Não houve uma boa receptividade do Judiciário, mas é uma mudança de cultura; percebemos que o Judiciário não era o melhor canal e a nossa filosofia é diminuir a demanda deles, buscando maior rapidez antes que os bens do sonegador desapareçam, por exemplo”, conta um dos procuradores. Esta foi uma decisão necessária, quando se trata de centralizar esforços para combater a sonegação, num país em que quase todos os impostos são legislados pela Constituição Federal, pois até a reforma do Judiciário qualquer reclamação por parte do poder público era decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Essas idiosincrasias da lei brasileira servem apenas para dar mais tempo a quem sonega.

Investimento na modernização

O Cevaf, porém, é apenas uma das decisões tomadas pelo governo paulista dentro de uma série de medidas contra a concorrência ilegal. “Temos implementado ações que buscam preservar a concorrência entre os agentes econômicos, evitando que a sonegação beneficie alguns contribuintes em detrimento de outros”, afirma o governador Geraldo Alckmin, elogiando o resultado do trabalho da Secretaria de Fazenda, que “investiu na modernização” da máquina administrativa. “Quanto menor for a sonegação, menor poderá ser a carga tributária”, lembrou Alckmin durante o encontro com os membros do Conselho do ETCO, no Palácio dos Bandeirantes, no dia 5 de novembro de 2004. Os conselheiros do ETCO fizeram um balanço das ações do Instituto na luta contra a concorrência desleal. “Temos construído com o governo de São Paulo uma relação na qual predominam o profissionalismo e a isenção, tendo como objetivo uma melhor distribuição da carga de impostos, através da diminuição da sonegação, e do nível de impostos para aqueles que pagam, principalmente no âmbito estadual”, afirmou Emerson Kapaz, durante o encontro com o governador.

Os membros do ETCO voltaram a ressaltar a importância da experiência pioneira de redução de alíquota do álcool combustível realizada pelo governo Alckmin. Em dezembro de 2003, o Estado sancionou lei que reduziu a alíquota do ICMS do álcool hidratado, de 25% para 12%, para combater a sonegação mais clássica do setor, que é a troca de notas para que o produto tenha origem em um Estado onde a alíquota é menor. “O interessante é que a arrecadação do setor nos meses seguintes à lei subiu 7%”, contou o governador Geraldo Alckmin.

Além da criação do conselho, o governador enumera outras medidas adotadas nos últimos meses para completar o novo trabalho de fiscalização. São Paulo assinou convênio com a Receita Federal para a instalação de medidores de vazão nos estabelecimentos fabricantes de cerveja; intensificou a fiscalização no comércio onde se utilizam cupons fiscais; passou a integrar o comitê federal de repatriação de ativos e repressão à lavagem de dinheiro; implantou a segunda via eletrônica de notas fiscais no setor de energia elétrica e serviços de comunicação. Segundo Alckmin, a criação do Simples para microempresas com faturamento de até R\$ 150 mil por ano foi uma importante medida para atingir outra ponta da cadeia produtiva, a das pequenas empresas, e estimular a formalidade.

No entanto, acredita o governador, mais do que a melhoria na qualidade da fiscalização por parte do Estado, o cidadão precisa assumir a sua cota na batalha contra a sonegação, já que, em última análise, é o maior prejudicado pelo crime. Com a intenção de estimular a participação popular, o governo criou, em 2003, o Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte (Codecon) para receber queixas e reclamações de pessoas físicas e jurídicas. “Assim estamos estabelecendo uma relação harmônica entre quem arrecada e quem recolhe impostos”, afirma Alckmin. Ou seja, além daqueles 14 soldados do Cevaf, cada um dos contribuintes paulistanos pode ter seu dia de Eliot Ness. ★

Balanço final

“Aos companheiros e colegas das empresas que nos ajudaram a navegar, tiro o meu chapéu e saúdo com respeito quase religioso”

Parece que foi ontem – mas já se vão 4 anos, desde que um grupo de empresas, atormentado pela crescente erosão de seus negócios e pelo avassalador crescimento da ilegalidade no país (contrabando, contrafação e concorrência predatória alicerçada em evasão fiscal), resolveu passar da teoria à prática, isto é, da choradeira à ação.

Essas empresas, todas relevantes em seus segmentos de atividade (indústrias petroleira, cervejeira, de refrigerantes e de cigarros), concluíram que tinham o dever de abandonar a prática de despejar de forma individual seus problemas causados por concorrência desleal sobre o governo, recanalizando as energias na busca de soluções intersetoriais, entendendo seus problemas de forma ampla, inseridos num contexto maior, permitindo-se oferecer ao poder público um arsenal poderoso no combate aos ilícitos que envolvem evasão de receitas empresariais e governamentais.

Estava aí lançado o embrião do ETCO, que contou, desde os seus primórdios, com excelente acolhida de seus parceiros governamentais. A configuração multindustrial do ETCO desviou o foco dos microproblemas setoriais, conferindo à sua abordagem uma natureza macro, da qual resultam soluções abrangentes, dissociadas das problemáticas individuais, porém convergentes nos resultados para interesses públicos e privados.

Fomos recebidos e tratados como parceiros pelas mais altas autoridades deste país, desde o presidente e o vice-presidente da República até vários de seus ministros, aí incluídos secretários e diretores de órgãos como Receita e Polícia Federal. Também no âmbito estadual alinhavamos importantes parcerias com os governadores dos principais estados do país e seus secretariados.

Mas voltemos agora ao papel do Conselho de

Administração e minha gestão na presidência. Minha visão é que conselhos e diretorias são colegiados onde a figura do líder será tão menos importante quanto maior forem a coesão e a convergência de seus membros. Foi o caso do ETCO. A vontade de fazer dos pioneiros que há quatro anos conduzem essa iniciativa era de tal ordem que ao presidente restava engajar-se no entusiasmo e orientar (pouco) o “drive” do time. É extraordinária a capacidade do ser humano de empreender coisas quando acredita na justiça social.

Acertamos fortemente na escolha de nosso presidente-executivo, cuja identificação com nossos ideais foi instantânea, daí decorrendo uma energia que, a nós, como conselheiros, competiu apenas direcionar e dosar. Aos companheiros e colegas das empresas que nos ajudaram a navegar, tiro o meu chapéu e saúdo com respeito quase religioso. Às nossas autoridades governamentais que entenderam nossa Cruzada e nos aceitaram como parceiros, saúdo com enorme respeito. Ao nosso presidente-executivo, rendo minhas homenagens – talvez nossa melhor decisão tenha sido trazê-lo para o nosso convívio.

Foi um prazer e honra ter sido um dos pioneiros nessa empreitada para melhorar o nosso país. Termino reafirmando a frase que usei na cerimônia de inauguração do ETCO em 2003: concorrência sim, desleal não. Obrigado a todos pela parceria e que possa meu sucessor continuar conduzindo esta nau aos portos de um Brasil melhor, como desejamos aos nossos filhos e netos. Saio de campo para continuar torcendo fortemente pelo nosso ETCO, agora das arquibancadas da vida. ★

*Milton de Carvalho Cabral foi presidente do Conselho de Administração do ETCO desde sua inauguração, em 8 de abril de 2003

“A busca da melhoria do ambiente de negócios exige participação dos múltiplos setores empresariais e coerência de posicionamento”

Novo momento de desafios

OInstituto Brasileiro de Ética Concorrencial chega a 2005 com um respeitável conjunto de realizações. A velocidade com que as conquistas se processaram nesses dois anos de atuação e a forma com que o Instituto construiu uma reputação extremamente positiva são fruto de um vasto e contínuo trabalho de equipe. Mas é impossível deixar de associá-los também à dedicação e à visão determinada de Milton Cabral, à frente do Conselho do ETCO.

Personalidade construtiva, aberta ao diálogo, Milton empenhou-se em modelar a unidade do Conselho do Instituto, sempre em perfeita sintonia com nosso presidente-executivo, Emerson Kapaz. A ele nossos parabéns neste momento em que se encerra seu mandato.

O tema da livre concorrência, sob ameaça de práticas ilegais, vem ganhando crescente interesse e relevância. Passou a merecer prioridade por parte dos governantes, suporte permanente da mídia e atenção dos formadores de opinião, ultrapassando as fronteiras de “casos de polícia”.

Essa ampliação das discussões sobre ética acontece em um momento particularmente importante da história de nosso país. Com a retomada de um potencial desenvolvimento sustentável, ética nos negócios e comportamento responsável são componentes fundamentais da fórmula de sustentabilidade.

Cabe aos governantes, em primeiro lugar, garantir marcos regulatórios e legislação moderna cuja aplicabilidade e cujas sanções sejam rápidas e eficazes. Cabe a estes também eliminar o conceito formado no passado, de

tolerância com a informalidade. Tolerância baseada em questões sociais, mas a qual vem gerando nos últimos anos um enorme fortalecimento de indústrias de sonegação, pirataria, contrabando, ou seja, na base, o verdadeiro crime organizado.

Por um outro lado, cabe aos empresários disseminar práticas de ética nos negócios e comportamento responsável e, ao mesmo tempo, denunciar iniciativas de concorrência ilegal e seus componentes diretos.

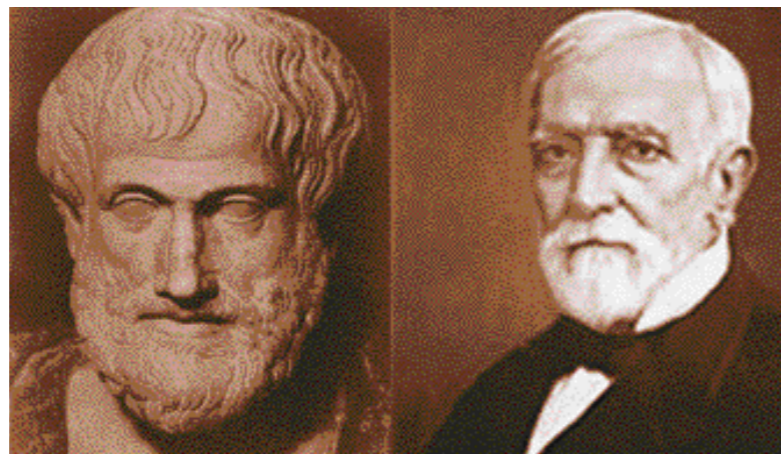
Neste momento a responsabilidade de todos é consolidar no país um ambiente favorável ao investimento, alicerçado em eficaz fiscalização, no respeito e aplicabilidade das leis e num sistema tributário capaz de neutralizar os males da evasão fiscal.

A busca da melhoria do ambiente de negócios exige participação dos múltiplos setores empresariais e coerência de posicionamento.

Confiante no êxito, o ETCO se prepara, por meio de câmaras setoriais, para conduzir discussões que possam agregar valor na busca por um ambiente de concorrência leal e ética. Exatamente o objetivo maior dos fundadores do Instituto e dos futuros associados que venham a se unir em torno de uma plataforma de ação que, hoje, começa a ser percebida como de fundamental interesse para o progresso e o desenvolvimento do Brasil. ★

* Leonardo Gadotti Filho é presidente do Conselho de Administração do ETCO desde novembro de 2004

A força da ética é a riqueza da nação



Aristóteles (384-322 a.C) e o barão de Mauá (1813-1889)

A ética ocupa posição central no desenvolvimento da sociedade

Francisco Viana*

Foi Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, quem entronizou essa discussão no mundo ocidental. Discípulo de Platão, preceptor de Alexandre, o Grande, que conquistou o mundo da sua época e foi o precursor da globalização ao unir gregos e persas, o filósofo nascido em 384 a.C, em Estagira, a quem Dante definiu como “o mestre dos que sabem”, ensinava que uma virtude é o ponto intermediário entre dois extremos, um dos quais é um vício. Nesse caso, a ética é o meio do caminho entre a corrupção e a generosidade. O “justo meio”, como ele diria, para a conquista de uma personalidade equilibrada. No caso de um país a leitura correta seria a conquista da estabilidade política e, como desdobramento, a estabilidade econômica.

Olhe para o mundo do século XIX, observe o momento fundador da revolução industrial. Na Inglaterra, onde tudo começou a acontecer, o mercado de ações – pilar essencial das economias modernas – começou a florescer de um acordo de investidores que financiaram a expansão do mercantilismo. Inspirados em antigas práticas dos venezianos, banqueiros e comerciantes extremamente prósperos e hábeis, os ingleses se reuniam em grupos para investir na compra de mercadorias e no arrendamento de navios que buscavam mercados nos quatro cantos do mundo. Se a empreitada se revelava vitoriosa, partilha-

vam os lucros. Caso contrário, partilhavam os prejuízos. Entre um extremo e outro ficavam as cotas adquiridas. Foi essa visão – ética, digamos assim – que a lei viria a sedimentar, que semeou o progresso e fez dos ingleses senhores de um império onde o sol nunca se punha.

Olhe também para o barão de Mauá, o nosso Irineu Evangelista de Souza. Ele chegou a ser mais rico que o imperador dom Pedro II. Faliu. Escreveu a histórica Carta aos Credores, um autêntico monumento à ética nos negócios, comprometendo-se a pagar todas as suas dívidas. Pagou. Em 30 de janeiro de 1884, numa das salas do Tribunal do Comércio, no Rio de Janeiro, o barão, então um homem de 70 anos, cabelos e bigodes completamente brancos, sentiu-se recompensado pela sua atitude. O juiz Miguel Calmon de Pin e Almeida oficializou sua reabilitação. Estranhamente, o Brasil demorou em reconhecer o mérito desse empreendedor singular, cujas virtudes se projetaram para muito além do seu século. Certamente, porque ele caminhou na contramão do dito de que as leis, por aqui, são feitas para não ser cumpridas.

A chave da felicidade

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles defende a tese de que o homem, como “um animal político”, precisa ser educado para o bem. Portanto, o verdadeiro propósito dos

governos é criar um ambiente onde o cidadão possa ser feliz e viver plenamente. A ética seria um elemento possibilitador dessa ideia de tornar possíveis o desenvolvimento e a felicidade individuais e coletivos.

Infelizmente, a cultura dos tempos pós-modernos do fim do século XX e alvorecer do século XXI muito se afastou dos ensinamentos de Aristóteles. Em lugar da busca do equilíbrio, há uma corrida para o lucro instantâneo, predador, que vira pelo avesso o ecossistema social, econômico, político. Enfim, torna infértil o solo das relações duradouras. Cortam-se os vínculos com a lei, com o comportamento saudável, construtivo, com a mesma facilidade com que se cortam árvores ou se depreda o meio ambiente. Uma insensatez.

Muitos dos retratos do Brasil contemporâneo evocam constatações que suscitam preocupações. Quando não autêntico pânico. Há uma inclinação às práticas ilegais, do tipo sonegação, pirataria, contrabando, que lhe parece historicamente inerente. Nas grandes e pequenas coisas. Assim como é um mistério inexplicável o fato de o Estado, desde suas origens, revelar-se, por razões insondáveis, um incontestável incentivador de tais práticas. Da Colônia à República, por exemplo, nunca abandonou o gosto pelos impostos excessivos, pela burocracia excessiva, pelos privilégios para poucos, pela indisposição para reformar-se, mesmo quando pressionado – e como tem sido pressionado na última década –, modernizar-se. É como se fosse um Estado pré-coperniano. A sociedade é que gira em torno dele, não o contrário: ele, o Estado, girando em torno da sociedade para servi-la e atender a suas expectativas de progresso e felicidade.

Primeiros passos

A novidade dos dias atuais é que o país está acordando. Um novo Brasil transparece do Brasil arcaico. Olhe para o passado recente. Mais exatamente os anos da reserva de mercado da informática. O que o Estado estimulava senão a cópia da propriedade intelectual alheia? Isso aconteceu sob a proteção do véu de um nacionalismo fossilizado que acreditava ser capaz de fazer o mundo curvar-se aos seus desígnios. A in-

formalidade de hoje tem um dos seus troncos ancestrais nesse período. Copiar sem pagar direitos no Brasil dos anos 70 e 80 tornou-se uma prática corriqueira como no passado – leia-se Brasil Colônia e Brasil Império – foi corriqueiro fazer o tráfico de escravos, mesmo proibido por lei.

Em diferentes épocas, os países ricos ou em desenvolvimento acelerado copiaram. E como copiaram! Livros, tecnologia, técnicas de trabalho. Os Estados Unidos e toda a Europa copiaram conhecimento da Inglaterra. O Japão no pós-Segunda Grande Guerra copiou dos Estados Unidos e da Europa. A China agora copia o que pode, e se não copia mais é para evitar reações extremas daqueles que mantêm sua economia aquecida com taxas de fazer inveja. A diferença é que os que copiavam ou ainda copiam sempre tiveram planos de sair da ilegalidade. O Brasil, não.

Fazer o que é certo

Nesse contexto é que entra em cena um novo ciclo de evolução. O brasileiro tornou-se um cidadão indignado contra a ilegalidade. Exige do governo atitudes éticas. Exige dos políticos atitudes éticas. Exige dos empresários atitudes éticas. Quer fazer o que é certo. E há uma rápida evolução da legislação. Os países democráticos da Europa foram modelados por juristas que souberam criar mecanismos de defesa do cidadão contra o poder avassalador do Estado, mas souberam também desenvolver um sistema de respeito à lei e, em conseqüência, de compromissos do cidadão com o Estado. Estamos distante disso, mas damos os primeiros passos. Novos paradigmas surgem. Novas práticas ganham força.

Talvez, não de maneira tão visível como deveria ser. Certamente, com abrangência limitada. Mas não há dúvidas. Se há um retrato do Brasil que ganha dimensão a cada dia é o retrato em que a mensagem central é esta: a força da ética é que une uma nação. Daí a certeza de que a ética, assim como o respeito à lei e a modernização do Estado, mais do que uma utopia, é uma realidade. Que logo ganhará dimensões de um vitorioso movimento a mobilizar o país até transformá-la na sua maior e mais vital riqueza. ★

* Jornalista e escritor



Everardo Maciel

“O esforço pela simplificação da legislação tributária brasileira registra dois feitos importantes: a eliminação da correção monetária dos balanços das empresas e a instituição do Simples”

A simplicidade como virtude tributária

Klaus Tipke, renomado tributarista alemão de prestígio internacional, em obra recentemente publicada observou que em todas as democracias parlamentares ocidentais constituem voz corrente denúncias contra o “caos tributário”. A demanda por simplificação tributária, acrescentou, tornou-se universal.

É verdade que todos os sistemas tributários são relativamente complexos. O que certamente Tipke pretendeu salientar é uma clara tendência à elevação dos níveis de complexidade desses sistemas, o que justifica o clamor pela simplificação.

Essa tendência se explica à medida que se intensificam os fluxos comerciais e financeiros internacionais, o que possibilita às empresas transacionais, responsáveis por mais de dois terços desses fluxos, transitar por paraísos fiscais e operar preços de transferência. Nesse contexto, inequivocamente mais complexo, a consequência óbvia é a redução das cargas tributárias individuais daquelas corporações, em desfavor especialmente dos países não-desenvolvidos.

Alguns periódicos ingleses (*The Economist*, anos atrás, e *Financial Times*, mais recentemente) já prenunciam o fim do imposto de renda das empresas, justamente porque esse imposto se mostra com declinante eficiência arrecadatória mercê de sua crescente complexidade.

No Brasil, como de resto em outros paí-

ses com fraca tradição tributária, a questão da complexidade assume dimensões adicionais: instabilidade normativa, multiplicidade de tributos vinculados a gastos específicos, insegurança jurisdicional etc.

O esforço pela simplificação da legislação tributária brasileira, nos anos recentes, registra dois feitos importantes: a eliminação da correção monetária dos balanços das empresas e a instituição do Simples.

“ Segundo Klaus Tipke, em todas as democracias parlamentares ocidentais constituem voz corrente denúncias contra o ‘caos tributário’. A demanda por simplificação tributária tornou-se universal ”

A correção monetária representava uma verdadeira idiossincrasia tributária, que tornava a legislação brasileira do imposto de renda incompreensível para os investidores estrangeiros, uma monumental brecha para a evasão e a elisão fiscais e uma enorme difi-



“ É pena que, no contexto da simplificação, a nova legislação da Cofins e do PIS tenha caminhado na direção de uma maior complexidade, o que produzirá evasão e elisão fiscais, e mais custos para os contribuintes ”

culdade para o cumprimento das obrigações tributárias e para a fiscalização. Pode-se dizer que, em termos de complexidade na legislação do imposto de renda das empresas, existem dois tempos: antes e depois da eliminação da correção monetária.

O Simples representou o mais importante avanço na tributação das pequenas e microempresas, ao reunir em uma única base de cálculo (receita bruta) a incidência de todos os tributos federais (inclusive as contribuições previdenciárias do empregador), à exceção de IOF, CPMF e contribuição previdenciária devida pelos trabalhadores.

Ainda que tenha sido um sucesso, o Simples não logrou êxito completo, porque ficou limitado à esfera federal. Norma constitucio-

nal recentemente promulgada (art. 146, d, e parágrafo único da Constituição) pode ampliar consideravelmente a abrangência do Simples, ao estendê-lo compulsoriamente às demais entidades federativas, sujeitando os optantes do regime a um documento de arrecadação único, cadastro unificado, simplificação dos procedimentos de inscrição e baixa, base de cálculo única para todos os tributos federais, estaduais e municipais etc.

O Simples de âmbito nacional, a ser implementado por meio de lei complementar, será um passo decisivo na árdua tarefa de simplificar o sistema tributário, ainda que não esgote a matéria. É indispensável, ao menos, que se reduza a tributação incidente sobre folha de salário e se harmonize a legislação do ICMS – tanto no que concerne a alíquotas quanto a regulamento.

É pena que, no contexto da simplificação, a nova legislação da Cofins e do PIS tenha caminhado precisamente na direção de uma maior complexidade, o que inevitavelmente produzirá evasão e elisão fiscais, e mais custos para os contribuintes. ★

Everardo Maciel é consultor tributário, professor universitário, conselheiro do ETCO e integra o staff de consultores seniores, em matéria tributária, do FMI. Foi secretário da Fazenda e de Planejamento de Pernambuco e do Distrito Federal e secretário da Receita Federal durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)



O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO – é uma organização sem fins lucrativos que congrega entidades empresariais e não-governamentais com o objetivo de delimitar parâmetros éticos para a concorrência e estimular ações eficazes contra a evasão fiscal, a falsificação de produtos e o contrabando. Fruto da iniciativa de empresas brasileiras dos setores de combustíveis, cigarros, cervejas e refrigerantes, suas atividades transcendem o caso de empresas e setores específicos para englobar o conjunto da economia, contribuindo para o desenvolvimento sustentado e a criação de postos de trabalho.